



Quinta Alegre

2



Coleção Património
Volume 2 – Quinta Alegre

EDIÇÃO

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

COORDENAÇÃO GERAL

Maria Eduarda Napoleão

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

José Sarmiento de Matos

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Centro Editorial / Direção da Cultura
da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

AUTORES

**Quinta Alegre – Uma quinta de
veraneio nos arredores de Lisboa**
Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara
Teresa Campos Coelho

**Intervenção de conservação e
restauro na Quinta Alegre**

Luís Aguiar Campos
Vítor Emanuel Lucas Rios Roriz
Rui André Mascarenhas Lima
da Silva Trindade

Projeto de reabilitação

vmsa, arquitectos
(Victor Mestre e Sofia Aleixo)

FOTOGRAFIA E IMAGEM

Direção de Comunicação e Marketing da
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

AML / Arquivo Municipal de Lisboa da
Camara Municipal de Lisboa
<http://arquivomunicipal.cm-lisboa.pt>

ANTT / Arquivo Nacional da Torre do Tombo
do Ministério da Cultura
<http://antt.dglab.gov.pt>

Arquivo Histórico / Direção da Cultura da
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
<http://arquivo.historico@scml.pt>

SIPA – Sistema de Informação para
o Património Arquitetónico

Direção-Geral do Património
Cultural (DGPC).

Museu de Lisboa – CML

Biblioteca Nacional de Portugal

Museu de Lisboa

Arquivo das expropriações/
aquisições da CML

DESIGN

Silvadesigners

REVISÃO

Helena Galvão Soares

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

Tipografia Lousanense

1ª EDIÇÃO

Julho de 2018

DEPÓSITO LEGAL

442615/18

ISBN

978-989-8712-73-8

5 Apresentação

6 Introdução

9 HISTÓRIA DO EDIFÍCIO

- 10 **I - Quinta Alegre - Uma quinta de veraneio nos Arredores de Lisboa**
- 11 **1 - Uma quinta “donde se descobre parte do Tejo”**
- 18 **2 - Notas para a biografia dos seus proprietários**
- 18 **2.1 - “Se soube fazer maior entre os Grandes”.**
Manuel Telles da Silva (1641-1709) e os Marqueses de Alegrete
- 23 **2.2 - José Bento de Araújo (?-1844) “homem de negócio conhecido e acreditado nas praças de commercio nacionais, como estrangeiras”**
- 28 **II - “O distinto e apurado gosto da bella casa da Quinta Alegre”**
- 29 **1 - A Quinta de Recreio: “um grande gosto e verdadeira paixão pelo campo”**
- 31 **2 - As Casas Nobres de José Bento de Araújo (?-1844):**
persistências e mutações
- 37 **3 - Espaço, vivência e programa decorativo**

49 INTERVENÇÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO

- 51 **1 - Reabilitação**
- 51 **2 - Conservação e restauro**
- 63 **3 - Azulejos**
- 64 **4 - Estuques**
- 66 **5 - Revestimentos decorativos**
- 68 **6 - Madeiras**
- 71 **7 - Metal**
- 71 **8 - Pedra**
- 74 **9 - Alvenarias**
- 74 **10 - Rebocos**

75 PROJETO DE REABILITAÇÃO

- 76 **I - Memória, continuidade e inovação**
- 77 1 - Localização e contexto
- 78 2 - A Casa da Quinta Alegre
- 90 3 - Evolução morfológica do lugar
- 93 4 - Significado patrimonial
- 94 **II - Intervenção em património histórico**
- 97 1 - Um programa inovador: habitação intergeracional
- 104 2 - Unidade Social - conservação, restauro e
reinfraestruturação da casa e jardim
- 110 3 - Unidade Assistida - reabilitação dos pavilhões
agrícolas anexos e novo edifício
- 112 4 - Unidade Residencial - novo edifício
- 116 5 - Usufruto do património arquitectónico e paisagístico
- 120 **III - Obra final**

147 ANEXOS

- 148 Apêndice documental**
- 154 Fontes**
- 156 Bibliografia**
- 160 Ficha técnica do projecto de reabilitação**



PARTE 3

**PROJETO DE
REABILITAÇÃO**

ARQUITECTURA
PROJECTO E OBRA
VICTOR MESTRE
SOFIA ALEIXO

CAPÍTULO I



MEMÓRIA,
CONTINUIDADE
E INOVAÇÃO

1. Localização e contexto

A Quinta Alegre localiza-se no antigo Largo da Charneca, a oriente da cidade de Lisboa. Este lugar, onde as antigas Estrada da Charneca e Estrada Fiscal da Circunvalação se cruzavam, foi povoação do concelho dos Olivais até 1885, data em que passa a definir o novo limite da cidade com o concelho de Loures¹. Nesta época, esta propriedade rural integrava-se numa pequena localidade formada por edifícios principais de quinta e por edifícios de menor escala e importância social, implantados junto a caminhos e azinhagas, formando pequenas bandas construídas. A Igreja Paroquial de São Bartolomeu da Charneca (século XVII)² define o espaço central e sócio-religioso do aglomerado, ordenando o espaço amplo, e de certa forma disperso, característico de um núcleo que evoluiu espontaneamente. O imenso terreiro do Campo das Amoreiras, utilizado como campo de feira de indefinida geometria, acentua uma morfologia campestre, muito comum aos espaços rurais.

1. A Charneca foi estabelecida como freguesia da capital por decreto de 26 de Setembro de 1885 e o topónimo Largo da Charneca, ou Rocio da Charneca, foi renomeado pelo Edital Municipal de 12 de Outubro de 1891 para Campo das Amoreiras.

2. Classificado como MIP - Monumento de Interesse Público, Portaria n.º 740-BI/2012, DR, 2.ª série, n.º 248 (suplemento), de 24 Dezembro.



Quinta Alegre: planta de Lisboa, 1950.

Este aglomerado rural é composto por casas de rés-do-chão e primeiro andar e pelos edifícios principais das quintas confinantes. Integrava-se num cordão de pequenas aldeias que rodeava Lisboa no seu perímetro norte até ao princípio do século XX. Eram locais distantes do centro da cidade, arejados, com muita água, e constituíam refúgios bucólicos ao estio da nobreza e fidalguia lisboeta que para aqui se retirava para repouso e divertimento. Considerando a definição de Quinta como “um troço de paisagem, pertença de alguém que a cuida para produção, para ornamento, ou só para lazer, concentrando em algumas zonas composições de grande

qualidade estética” (Castel-Branco, 2002, p. 15), os séculos XVIII e XIX terão sido o tempo de afirmação destas paisagens construídas que proliferaram um pouco por todo o território envolvente a Lisboa. Estenderam-se ao longo do rio Tejo, de montante a jusante, de onde destacamos o Paço Real de Caxias de meados do século XVIII e, na zona de Sintra e Loures, que liga a norte, um segundo cordão de quintas até Vila Franca de Xira. São ainda relevantes as quintas dos concelhos da margem sul na extensão do Tejo, algumas de origem quinhentista, como é exemplo a Quinta da Trindade, no Seixal, ou, do século XVIII, a Quinta dos Zagallos, em Almada.

O período pombalino, revelador de uma certa austeridade e contenção formal na sua arquitectura, prolongou-se ao longo de praticamente todo o século XIX, a par de outras correntes emergentes, como o neoclássico e o romantismo. Este último por vezes encontra-se instalado ainda em roupagens pombalinas ou neoclássicas, mostrando-se subtil na sua ligação com a paisagem, na construção da “natureza artificializada”, com circuitos pedestres labirínticos envolvidos por coberto vegetal, onde o jardim e o lago, em desenhado enquadramento paisagístico, anunciam um novo tempo estético, uma nova forma de recreação da aristocracia. E se essa é a expressão exterior, no interior as residências ganham conforto e elegância na decoração, recorrendo à pintura figurativa das paredes com temas de paisagens idílicas, onde se destacam os motivos naturalistas.

2. A Casa da Quinta Alegre

A localização da casa principal do proprietário da Quinta Alegre, a casa de habitar, surge no contexto da propriedade implantada numa cota elevada, plana, com suave declive para sul, onde a grande bacia do estuário do rio Tejo ganha a denominação de *mar da Palha* pela sua semelhança a um enorme e calmo lago, onde os reflexos do sol lhe conferem um tom dourado, intermediando a longínqua serra da Arrábida, com Palmela na linha do horizonte. Para além das vistas aprazíveis, à escolha do sítio de implantação não terá estado alheia a proximidade de observação dos campos produtivos, da vinha, pomar e horta, e da sua irrigação. À distância, e sobre-elevada sobre a paisagem, a harmoniosa sobriedade exterior da casa, despojada de ornatos, resultará da regra e proporção introduzida no volume, paralelepipedico, do ritmo dos vãos e das pilastras que subdividem e ordenam as fachadas longitudinais que dominam visualmente a paisagem. Auxiliada pela topografia do lugar, também a cobertura de quatro pendentes se distingue no seu perfil pela dimensão e pelos elegantes contrafeitos, com beiral projectado sobre cornija em alvenaria e em cantaria sobre os cunhais.

A fachada poente integra o plano marginal da propriedade murada confinante com o Campo das Amoreiras, via que estabelece a ligação as outras quintas e casas do pequeno aglomerado rural. Contornando a



Portão de entrada (1957).
SIPA Foto 005 26 753.



Plano marginal da Quinta com a antiga Estrada da Charneca (1957).
SIPA Foto 005 26 754.



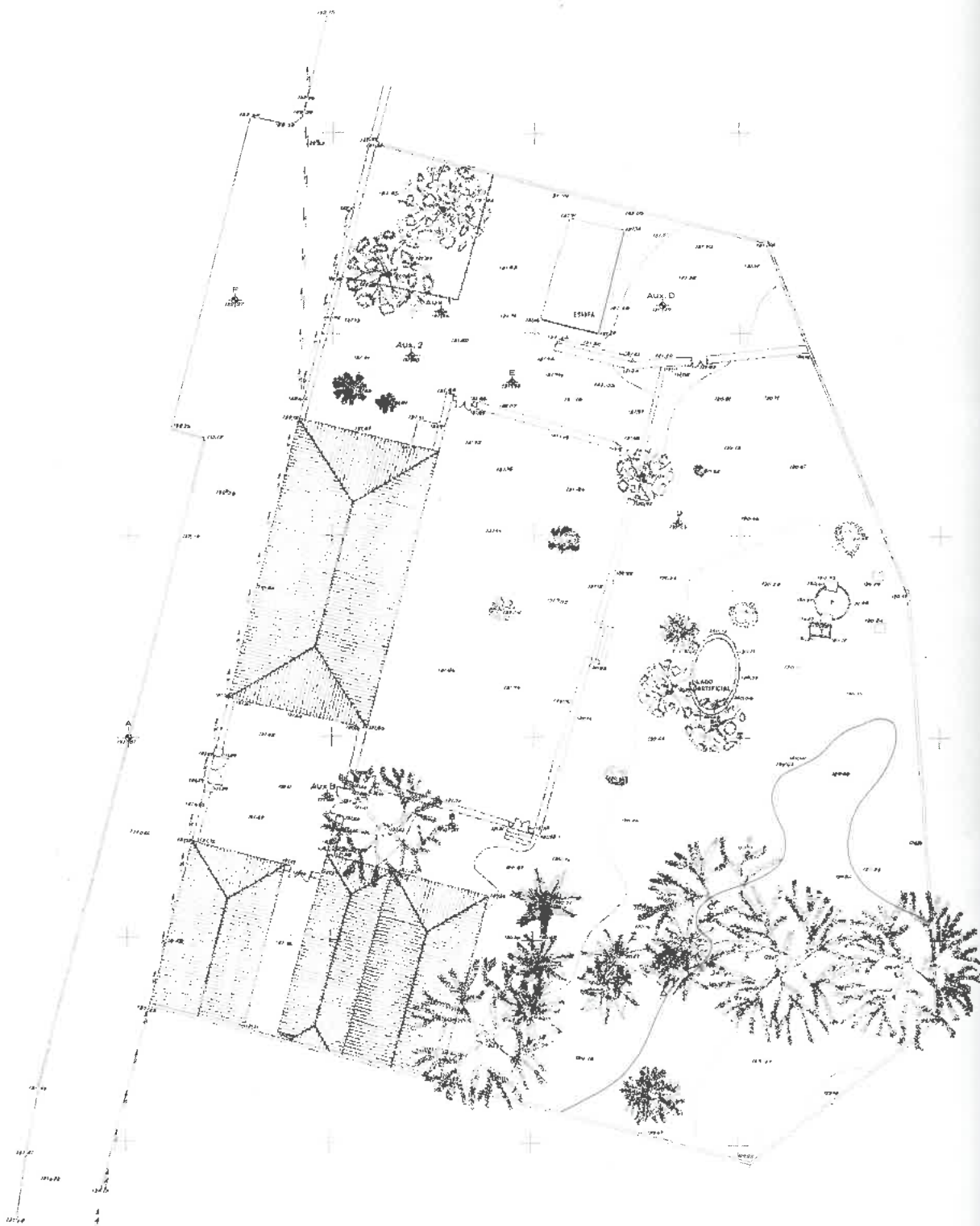
Pátio de aparato: figuras de convite (1957).
Fonte: Arquivo SIPA, ref.s 526747 e 526747.

propriedade, o muro a norte estende-se ao longo da antiga Circunvalação, originalmente protegendo a área de bosque da Quinta, contendo, junto à casa, janelas, gradeadas com portadas interiores em madeira, e com conversadeiras, encimadas por um coroamento simples. No troço sul, uma concentração de construções ligadas à produção agrícola, e eventualmente à residência de trabalhadores, associa-se ao pátio de aparato, definindo o plano de rua, com as cavalariças e adega, seguindo-se na direcção poente-sul as restantes instalações agrícolas. Na fachada oposta, o piso térreo da casa tem continuidade no jardim que, a nascente-sul e quase a eixo da casa, contém a nora com o seu mecanismo em ferro fundido do século XIX, com respectivo poço e tanques de cantaria, no enfiamento visual entre a casa e o plano de água do Tejo. Ainda no jardim, num patamar superior, localiza-se o jardim de regalo, rodeado de murete com alegretes e conversadeiras. Um lago de cantaria, que esteve aqui implantado numa posição central enfatizando o desenho clássico geométrico de bucho que o contornava no século XVIII foi, entretanto, deslocado para o patamar inferior, dando origem a um novo desenho de gosto romântico na plataforma frontal à casa.

Identidade estrutural e espacio-funcional: génese e evolução

A Quinta do Marquês do Alegrete, ou Quinta Alegre, é na actualidade um lugar de memórias que, como um arquivo familiar, guarda páginas de vida social privada. Sabe-se que, sucedendo à família fundadora aristocrática e influente na corte portuguesa, a partir de 1819 a Quinta passa a ser habitada, não por “fidalgos e gente de linhagem”, mas por um “poderoso comerciante de Lisboa” (Tengarrinha, 1993). No entanto, a datação da construção desta casa sobradada permanece desconhecida enquanto propriedade rural. Apesar de se considerar que, para além da terra, existiria uma casa de quinta e respectivas dependências agrícolas, esse entendimento será insuficiente para entender o caso da Quinta Alegre, uma vez que não foi possível confirmar documentalmente se a actual casa sobradada corresponderá à fase inicial da propriedade.

Tendo transposto diversas épocas, são diversas as possibilidades para a sua datação, de que identificamos três hipóteses: ter fundação e construção tal como se apresenta na actualidade no século XVIII, permanecendo os aspectos volumétrico-formais e espacio-funcionais originais; ter tido na sua forma original apenas piso térreo, e tendo sido totalmente ou parcialmente renovada no início do século XIX, com a ampliação de um piso e sótão; ou ainda ter sido integralmente construída no início do século XIX. E neste sentido se poderão interpretar os elementos da cerca no troço que confina com a via principal. Entre a casa e as janelas no muro poente-norte encontra-se um vão que terá sido o portão inicial da propriedade e, no topo poente-sul, encontra-se um portão de ferro ladeado de pilastras com pinázios, que dá acesso a um pátio de aparato.



Supõe-se que este último, encimado por brasão em bronze com data e iniciais do proprietário José Bento de Araújo (1819, JBA), terá resultado de uma importante campanha de obras com o propósito de evidenciar o novo acesso principal.

Na sua expressão arquitectónica, a casa sobradada da Quinta Alegre denota contenção formal e abstracção estilística harmoniosa. Esta condição, contudo, nada a aproxima de um vulgar “casarão”, antes revelará a mudança de paradigma que relacionava as casas nobres sob o traço ou a influência do barroco contido ou elaborado. Este tendencialmente expressava-se sobretudo nas varandas, portões, portas e vãos, encimados por frontões rectos, por vezes curvos e interrompidos no eixo de composição, ou ainda nas balançadas cornijas suportadas por capitéis volumosos que, neste edifício, não se encontram. Nestas fachadas a composição regula-se pela regra matemática, pela precisão do módulo associado à escala e proporção dos cheios, proporcionados pelos paramentos, e dos vazios, definidos pelos vãos. A simplicidade calibrada caracteriza esta arquitectura que transmite funcionalidade interior.

Se nos abstrairmos do expressivo programa decorativo interior da casa e nos concentrarmos na arquitectura, a sua estrutura matricial deixa transparecer uma pragmática sobriedade funcional, no sentido em que, e a partir do átrio, se percepção a hierarquia espacio-funcional na ligação aos eixos de circulação centrais dos pisos, e destes para subsistemas de comunicação selectiva. Este modo de nuclear espaços com usos sobrepostos em zonas de transição revela um domínio apurado das regras de privacidade interna em articulação com os espaços de receber visitas, numa casa cujos espaços apresentam dimensões relativamente contidas.

Nesta disciplina funcional, a sobriedade que referimos resultará de um específico conhecimento que o autor do projecto teria do rigor do protocolo familiar nos diferentes graus de intimidade permitidos no contexto sociocultural da época. Os rituais diários seriam regulados pelos serviços, hierarquizados, que geriam através de protocolos de procedimento as tarefas e o respectivo condicionamento na circulação de pessoas e objectos, definindo o(s) uso(s) do(s) espaço(s), fechando ou abrindo compartimentos que centralizavam acções no sentido em que asseguravam rotinas e procedimentos. Deste modo codificavam lugares de reserva total e/ou parcial, determinados por inibições de conduta intrínsecas à vida quotidiana e às regras intuídas na condição sociocultural dos seus utilizadores. O distanciamento temporal e vivencial em que nos encontramos torna esta realidade difícil de compreender, mas ainda possível de perceber particularmente nos núcleos dos topos do primeiro piso, onde pequenos compartimentos comunicantes com o corredor articulavam os espaços mais privados da casa, onde se desenvolviam as actividades mais reservadas, como a higiene, o vestir e o despir.

Esta organização funcional era assegurada por duas escadas, a principal e a de serviço, permitindo circuitos separados de senhores e serviçais. A escada nobre em conjunto com o átrio constituirá uma solução invulgar, ainda que não exclusiva no tipo de casa sobradada com características aristocráticas. Os espaços do átrio e das escadas apresentam-se discretos no seu desenvolvimento espacio-funcional, numa austera contenção geométrica sem linhas perspécticas. Ambas as funções são contidas na matriz reguladora da arquitectura da casa, não optando por uma autonomia cenográfica. O baixo pé-direito do piso térreo (de certo modo revelador de um tempo histórico e de uma relevância social contida) condiciona uma expectável amplitude do átrio, tal como a escada lateralizada e implantada em espaço com dimensões de um compartimento a torna refém do cartesianismo regulador de métricas estruturais e espacio-funcionais.

Numa casa sem alpendre, abobadado ou coberto com telha, encontra-se a sua função de acolhimento no átrio de recepção interno, libertando o pátio de aparato para a recepção, mas com uma entrada desprotegida e praticamente desvalorizada. A entrada é tão austera quanto a expressão geral da casa e o que discretamente a distingue na sua identidade arquitectónica são as molduras em cantaria com um subtil friso clássico. Transparece uma quase ausência de pensamento de arquitectura de base compositiva em favor de um pragmatismo funcionalista, onde os processos construtivos submetidos a métricas optimizadas por dimensionamentos estruturais específicos, aparentemente, se sobrepuseram a conceitos de composição e ordem arquitectónica. Nas casas nobres, principalmente do período barroco, o aparato da entrada com a pedra de armas assinalava a importância social da família proprietária, com destaque para a implantação de uma escada exterior. No entanto, algumas casas construídas neste período terão mantido o espírito do período maneirista, e em particular da arquitectura chã, sobressaindo a vertente despojada cuja expressividade volumétrica combina com a sobriedade da composição arquitectónica em alguns sobrados urbanos e sobretudo rurais, mantendo-se, contudo, a pedra de armas. Na Quinta Alegre, as já referidas insígnias do novo proprietário instaladas no portão revelam uma outra condição sociocultural, deixando transparecer uma ideia de simplificação radical onde não se observam sinais arquitectónicos de tradição relacionados com o aparato da entrada. Este facto poderá estar relacionado com a própria origem e identidade do seu renovador/gerador que não descende de uma linhagem aristocrática, mas antes, como já referido, será emergente de uma burguesia comercial que pretendeu alcançar outro ideal de projecção sociocultural.

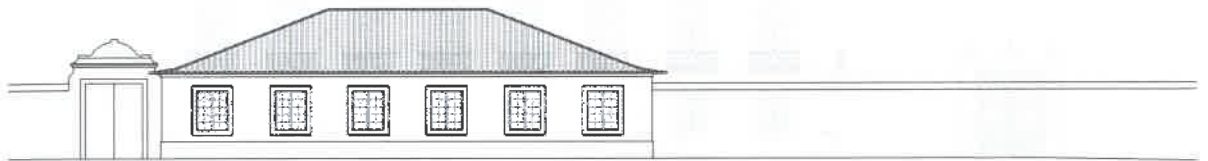
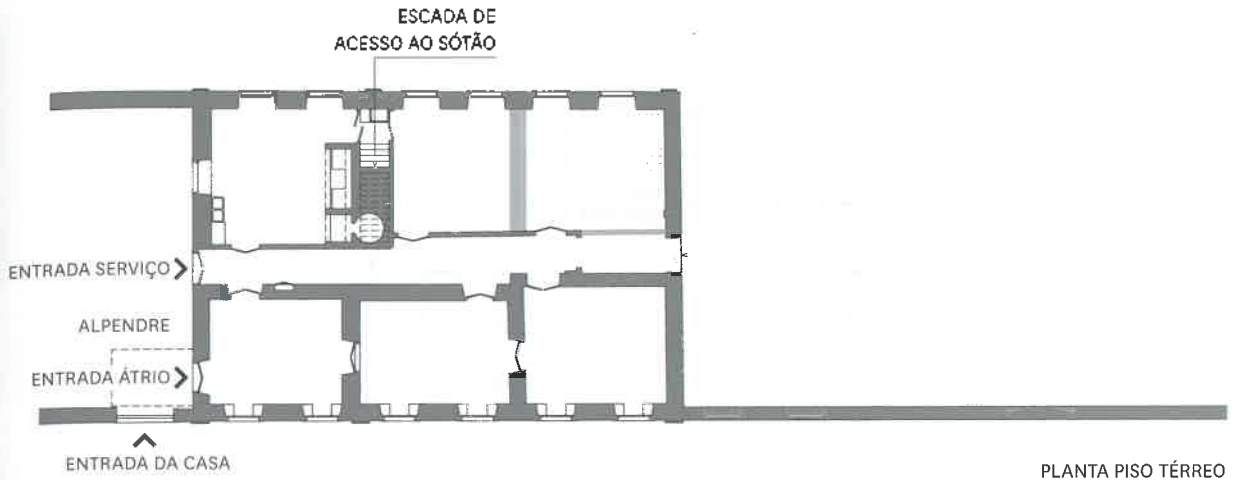
Retomando a análise tipológica da casa, e ao optar pela interiorização do alpendre e da entrada recuada no átrio (plasmada no arco interior,



Átrio (2007)

Página seguinte:
Interpretação sobre a fundação da casa da
Quinta Alegre, origem em edifício térreo.

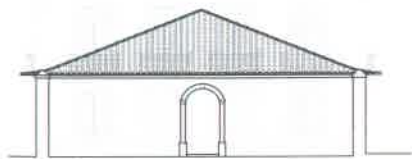
PROJETO DE REABILITAÇÃO



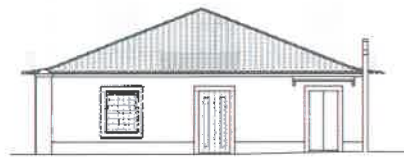
ALÇADO POENTE



ALÇADO NASCENTE



ALÇADO SUL



ALÇADO NORTE



em cantaria com degrau), sugere-se que a efectiva entrada na casa tem lugar neste espaço, onde dois espaços laterais permitiriam a recepção de visitantes relacionados com actividades específicas, como um escritório de negócios, que desta forma não entrariam no ambiente privado da casa. Nesta possibilidade estaremos perante um propósito específico, uma inovação ou, eventualmente, o resultado de uma possível readaptação de uma preexistência a um novo programa, quiçá à introdução de um novo piso e da ampliação deste núcleo de entrada. Esta percepção poderá ainda reforçar-se por se ter optado por uma entrada de topo no volume, sendo esta mais condicionante na distribuição funcional do que se fosse localizada numa área mais central. Não deixa, contudo, de ser bem-sucedida a solução, sobretudo devido ao prolongamento interior do átrio e ao posicionamento dos lances de escada que, ao chegar ao piso superior, praticamente lateralizam o núcleo ocidental ficando paredes-meias com o salão principal, em lado oposto, implantado a eixo da casa, e voltado ao jardim. A varanda corrida deste salão procura assinalar esse eixo central da casa, apesar da falsa simetria, no sentido em que esta não corresponde exactamente ao eixo equidistante do volume e não é definido por um vão aberto à paisagem. Na tradição solarenga seria necessário um número ímpar de vãos para que o vão central adquirisse uma particular caracterização arquitectónica.

Este modo de interpretar a casa é concordante com a segunda hipótese anteriormente colocada: procurando na sua identidade estrutural e na organização espacial a sua génese e evolução, considera-a resultado de uma reconfiguração e ampliação de uma preexistência de apenas um piso térreo, cujo projecto de ampliação de um piso e sótão permitiu a sua valorização estética, conferindo-lhe a actual sobriedade e distinção de casa aristocrática. A ampliação corresponderá ao núcleo da actual entrada, que terá invertido a primitiva entrada, precisamente do lado oposto onde permanece o portão com frontão da quinta rural, tal como as janelas gradeadas abertas no muro da quinta. Este novo núcleo, ligeiramente mais largo do que o seu simétrico, eleva-se com paredes de maior largura do que o restante volume, permitindo maior vão estrutural, logo maior amplitude dos aposentos de representação do agregado familiar localizados no primeiro piso. Aqui, a antecâmara com acesso directo ao corredor indicia este estatuto, tal como o atravessamento dos compartimentos a poente-norte até ao oratório da casa.

Nessa nova organização, o núcleo sul-nascente corresponderá aos aposentos do casal, onde o quarto dispunha de vista para o jardim e pátio de aparato. As suas paredes integram pinturas que simulam paineleiros com monogramas matrimoniais e um pequeno compartimento lateral intercalado por um pequeno átrio de transição funcionaria como quarto de vestir. Com acesso directo do quarto, localiza-se a sala das artes, onde se inscreve o monograma com as iniciais do proprietário da



“Uma garden party na Quinta Alegre”, reportagem publicada na edição semanal do jornal *O Século*, a “Ilustração Portuguesa”, n.º 119, de 1 de Junho 1908. Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ref. PT/TT/EPJS/SF/008/08234, em <http://digitarq.arquivos.pt/>.

renovada/reerguida casa, José Bento de Araújo. Toda a simbólica que se observa no programa decorativo revela um posicionamento social novo, não apenas fora da tradicional aristocracia, mas sobretudo na aspiração já referida de uma nova classe emergente que procurara um lugar destacado na sociedade portuguesa.

Num período de transição do século XIX para o XX assiste-se a uma nova era de transformações sociais. Em vésperas da implantação da República, estes lugares bucólicos da sociedade burguesa lisboeta são refúgios de lazer e recreio onde ocorrem eventos sociais como as *garden parties*. Captando o espírito da sociedade da época, os residentes e seus visitantes, em longos e elegantes vestidos, posam no jardim para os recentes repórteres fotográficos, constituindo testemunhos que dão conta das deslocações que a sociedade urbana fazia ao espaço rural, em recentes e modernas viaturas automóveis, para momentos de fuga do que o progresso tinha trazido à cidade.

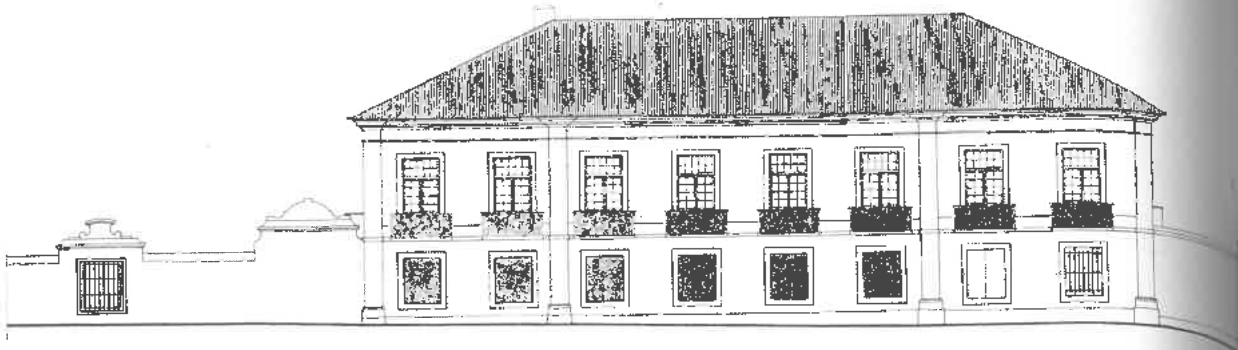
Num período mais recente, percebemos as últimas vivências internas da casa através das fotografias históricas dos anos 50 do século XX (Vale, Gomes, Correia e Mantas, 2004), observando-se o posicionamento do mobiliário a organização destes espaços, enquadrados por pinturas murais. Estes registos fotográficos terão sido mandados efectuar pela Marquesa do Alegrete em 1957, que refere a pintura a fresco na “quase totalidade das dependências”, salientando a composição e cor, técnica e gosto, particularizando “a paisagem entrecortada de colunelos para lhe dar profundidade e a noção de ar livre” do conjunto pictórico que reveste as paredes da sala de jantar.

Após estes registos, segue-se um período não documentado até 1983, data em que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) adquire a Quinta Alegre, então descrita como “casa nobre, páteo com dois portões de ferro, jardim e parque, armazém em alvenaria e zona descoberta”. Em 1995 foi elaborado um projecto de reabilitação e adaptação do palácio a Museu dos Jogos (Vale, Gomes, Correia e Mantas, 2004), mas foi entretanto ali instalado um Centro de Formação Profissional, com oficinas de serralharia, carpintaria e salas de estudo e de arrumos. A introdução das instalações eléctricas e canalizações necessárias a este uso, questionável em espaços de significativo detalhe artístico, não foi, no entanto, determinante para a degradação deste património. O mais grave terá sido, segundo a nossa observação, o período de ausência de uso dos jardins e das suas estruturas edificadas que se seguiu, após 2005. O vandalismo e o roubo de cantarias e outros materiais contribuíram para a sua degradação progressiva com supressão de partes consideráveis destas estruturas em período de encerramento dos jardins e das estruturas edificadas.

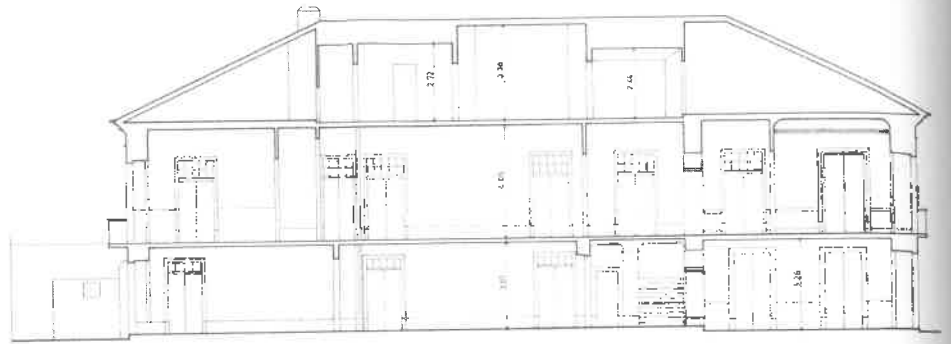
Procurou a SCML encontrar então um uso qualificado, que respeitasse os significados culturais, os valores históricos – arquitectónicos, sociais e



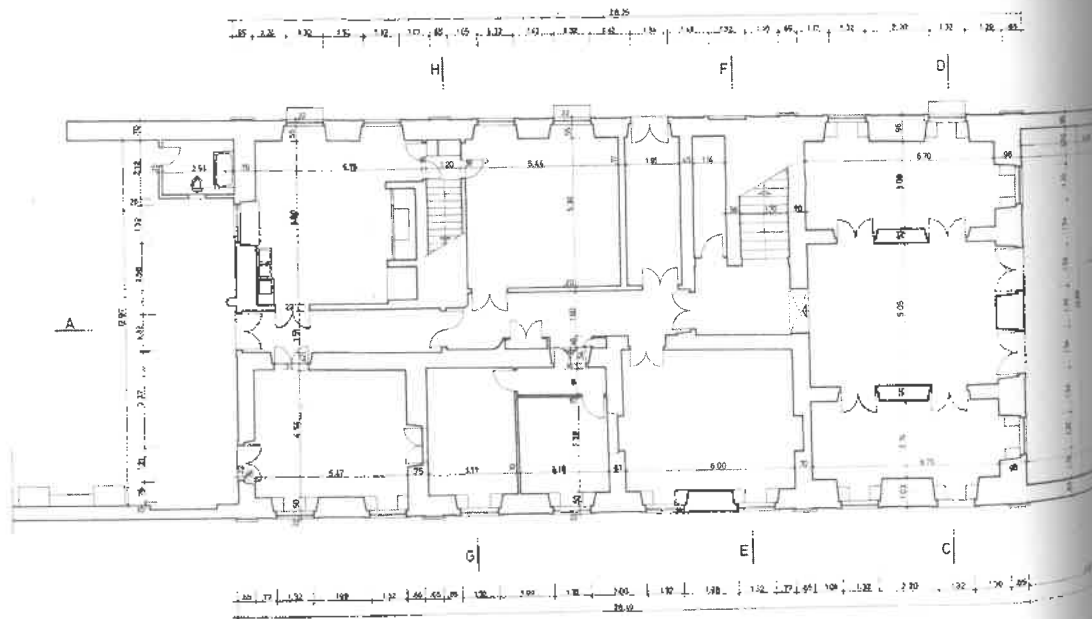
Reportagem fotográfica efectuada pela Marquesa do Alegrete (1957). Fonte: Arquivo SIPA, refs. 512820 e 526733

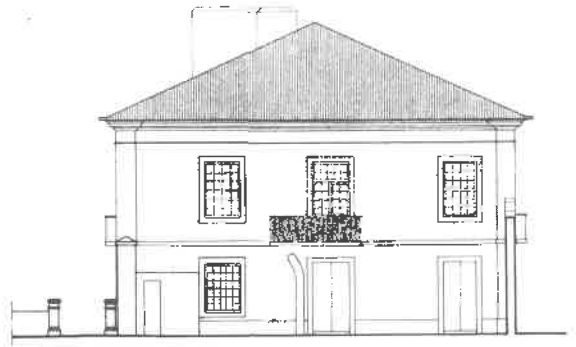
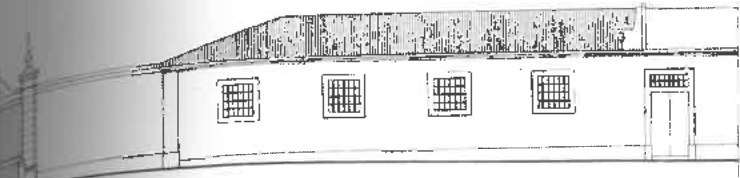


ALÇADO PRINCIPAL

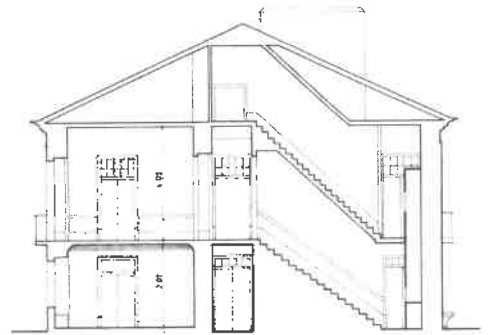
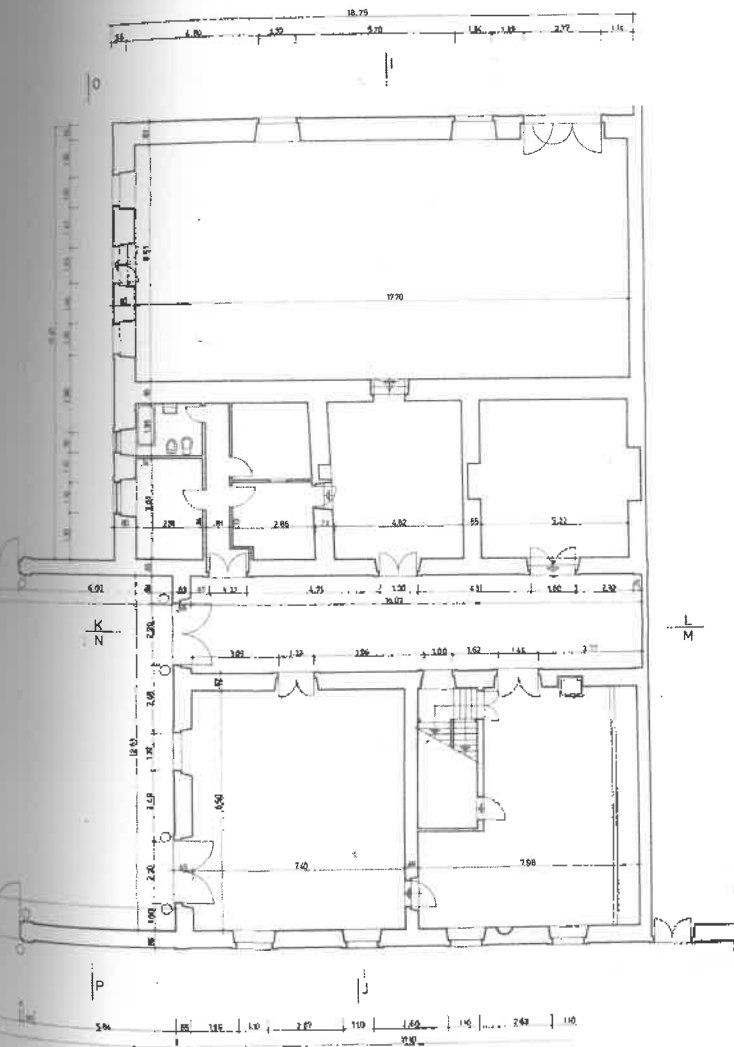


CORTE A-B





ALÇADO LATERAL ESQUERDO



CORTE G-H

Levantamento arquitectónico da Casa Nobre da Quinta Alegre: planta, cortes e alçados (aprox. 1983). Fonte: SCML.

culturais – do património, destinando-se o edifício a uso social/cultural com a possibilidade de receber eventos organizados a partir do exterior e/ou da entidade proprietária (Mestre e Aleixo, 2008). Este programa funcional permitia a manutenção da estrutura volumétrica, da composição espaço-funcional, da relação com a rua e com o jardim, onde se poderiam recriar actividades lúdicas e sociais, de forma contemporânea, à semelhança das *garden parties* do início do século XX. Apresentado nesse mesmo ano, o projecto de licenciamento não viria a ter seguimento.

Sistemas e características estruturais

Os sistemas estruturais em presença constituem elementos primordiais de uma unidade construtiva coesa de elevada resistência. Estes, no seu conjunto, formam a base matricial da (re)configuração arquitectónica, impondo uma métrica rigorosa, cartesiana, onde a espacialidade é sua subsidiária. O sistema consiste em paredes de alvenaria autoportantes formando um quadrilátero rectangular, travado no sentido transversal. Internamente, e na face interior, implantam-se prumos por unidade de vão e respectivos panos de alvenaria. Estes percorrem toda a verticalidade das paredes, do piso térreo ao sótão, amarrando todos os frechais de estrados de pavimento e a armação da cobertura. Estes prumos recebem ainda os nós do contraventamento sobre as padieiras dos vãos e são ainda parte integrante do sistema de divisórias interiores de tabiques e de paredes mistas de alvenaria aligeiradas com estruturas trianguladas do tipo cruz de Santo André. Todo o sistema se encontra amarrado e reforçado nos pontos de contacto por asas de aço cravado ao madeiramento e ferrolhos de amarração que os ligam às paredes mestras. Cravejamentos ao madeiramento e chumbadouros a grandes blocos de pedra de calcário rijo, integrados estrategicamente nas alvenarias, garantem a estabilidade do sistema. Os estrados de pavimento do primeiro piso e do sótão apresentam uma aparente inusitada densidade de vigamentos de madeira, com generosas secções e comprimentos, apoiados em profundidade nas alvenarias das paredes mestras. O estrado do sótão apoia-se num frechal de secção rectangular com travamentos triangulados e amarrados por ferrolhos trabalhados à forja nos ângulos do edifício, evidenciando um reforço estrutural anti-sísmico.

A qualidade dos materiais e da sua aplicação, o rigor da execução e a densidade deste sistema global, oculto, deixam transparecer um conhecimento erudito no projecto e na exigente execução, a par de um generoso orçamento. Embora se possa considerar este sistema como aparentemente corrente na elevação de casas de maior dimensão, e sobretudo em edifícios com vários pisos, distinguir-se-á no caso da Quinta Alegre por se ocultar na sua globalidade, enquanto parte integrante e integrada e simultaneamente enquanto suporte físico da expressão arquitectónica

interna. Detalhes de cuidada concepção e edificação denotam uma atenção e valorização do acto de bem construir, como por exemplo, os alizares dos vãos que integram as portadas onde, após o seu rebatimento lateral, se ocultam os prumos estruturais verticais e de travamento horizontal nas padieiras. O rodapé oculta travejamentos duplos para apoio das triangulações dos frontais. A linha inferior dos estrados, e do frechal que antecede os tectos, recebe a armação das cambotas de madeira que suportam os frisos curvos com fasquiado e gesso dos tectos, artisticamente decorados. Todo este sistema cujo detalhe realçamos seria comum caso não apresentasse dimensionamentos tão generosos, regulados por uma exigente métrica e rigor construtivo que se encontram intrinsecamente relacionados com o programa decorativo das superfícies.

A relação entre processo construtivo e programa artístico evidencia-se sobretudo no primeiro piso que, com manifesta probabilidade, terá sido integralmente executado sobre preexistências que em parte terão condicionado o acomodamento da matriz estruturante das espacialidades dos compartimentos mais privados. Esta terá sido a principal razão para que a casa tivesse sido ampliada no topo do pátio de aparato, onde os espaços de habitar são mais generosos, com particular valorização do programa decorativo interno, mantendo uma coerente sobriedade externa nas fachadas longitudinais. A fachada sul-poente revela-nos esta potencial ampliação nos vãos superiores, os únicos onde nitidamente o desenho procura o enobrecimento da fachada, a que se associaram as figuras de convite em azulejo azul e branco e o aparatoso portal.

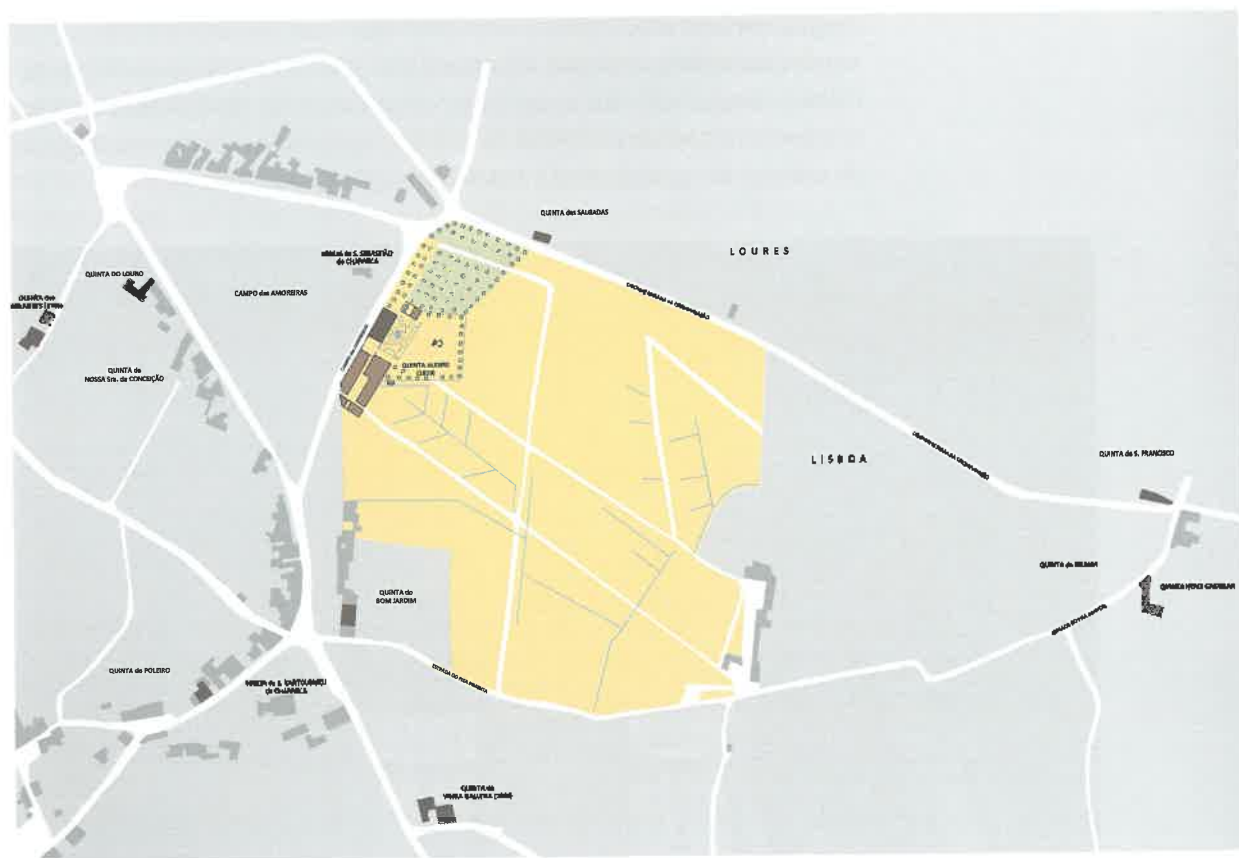


Programa decorativo da sala sul-poente, sobre pátio de aparato.

3. Evolução morfológica do lugar

Se em 1852 os limites da cidade colocavam a Charneca do Lumiar “fora de portas”, no concelho dos Olivais, após a integração das freguesias rurais periféricas no perímetro da capital, em 1885, a Quinta Alegre passa a pertencer a Lisboa e a confrontar-se com o renomeado território dos Olivais, que passa a denominar-se de Loures. A análise da cartografia histórica permite identificar as alterações urbanas deste lugar ao longo do século XX.

Num contexto de alteração urbana, sociológica e morfológica da Charneca, a dimensão da Quinta Alegre foi sendo sucessivamente reduzida. Embora a reconstituição do processo de diminuição da propriedade se afigure de difícil definição, a leitura transversal dos documentos disponíveis – cartografia, fotografia e bibliografia – permitem identificar o que terá sido o seu contexto e o seu limite físico no início do século. A representação das propriedades na cartografia do início do século configura um carácter rural, permitindo distinguir as residências solarengas da Charneca das construções de apoio à lavoura, estando a produção agrícola representada pelos tons terra nos terrenos de cultivo, pelo azul nos canais hidráulicos, e pelas árvores, em terrenos verdes, que também



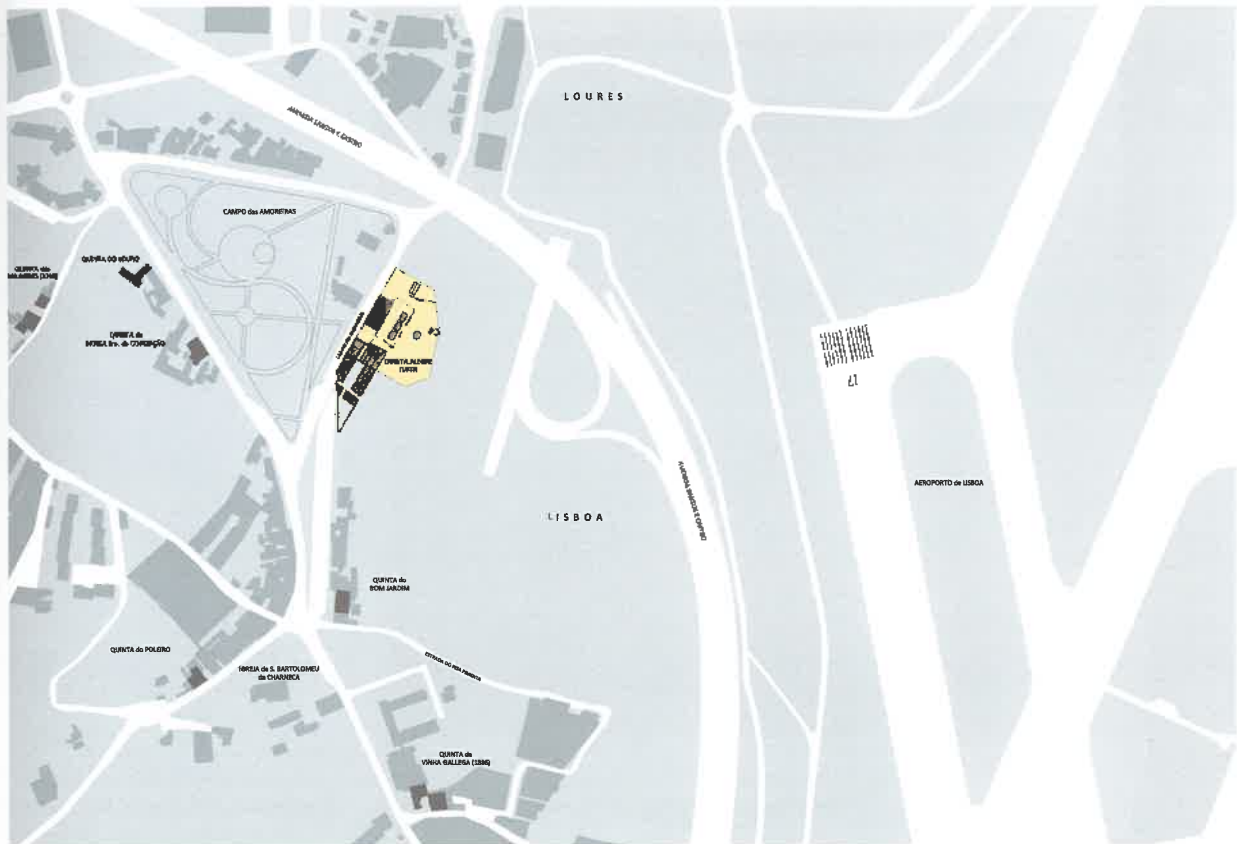
Quinta Alegre em 1911.

PROJETO DE REABILITAÇÃO

se encontram plantadas ao longo dos caminhos. É também o azul que é usado para poços, noras e pequenos lagos, enquadrados em composições de verde buxo com que se representam os jardins das casas principais, auxiliando assim a sua identificação.

E se esta leitura das Plantas do Levantamento de Lisboa de Silva Pinto (1904-1911) nos indica a vasta dimensão da Quinta Alegre neste período, a definição com rigor do seu limite nascente afigura-se difícil. Ainda assim, três momentos serão decisivos. Primeiro, o impacto do novo aeroporto que, inaugurado em 1942, leva à expropriação de uma pequena parcela em 1947 para prolongamento e adição às pistas originais e que terá ocasionado um segundo impacto na ampliação com novas pistas (principalmente a pista 17) em 1962. Nas imediações da Quinta Alegre, e no período pós-25 de Abril, registou-se um acentuado aumento de população, devido não só à edificação de diversas urbanizações, mas também pela instalação de um bairro de construções precárias na Quinta do Louro, o que terá estado na origem da montagem de um cinema ao ar livre, o Cine Estrela³. Efectuado o realojamento destes moradores,

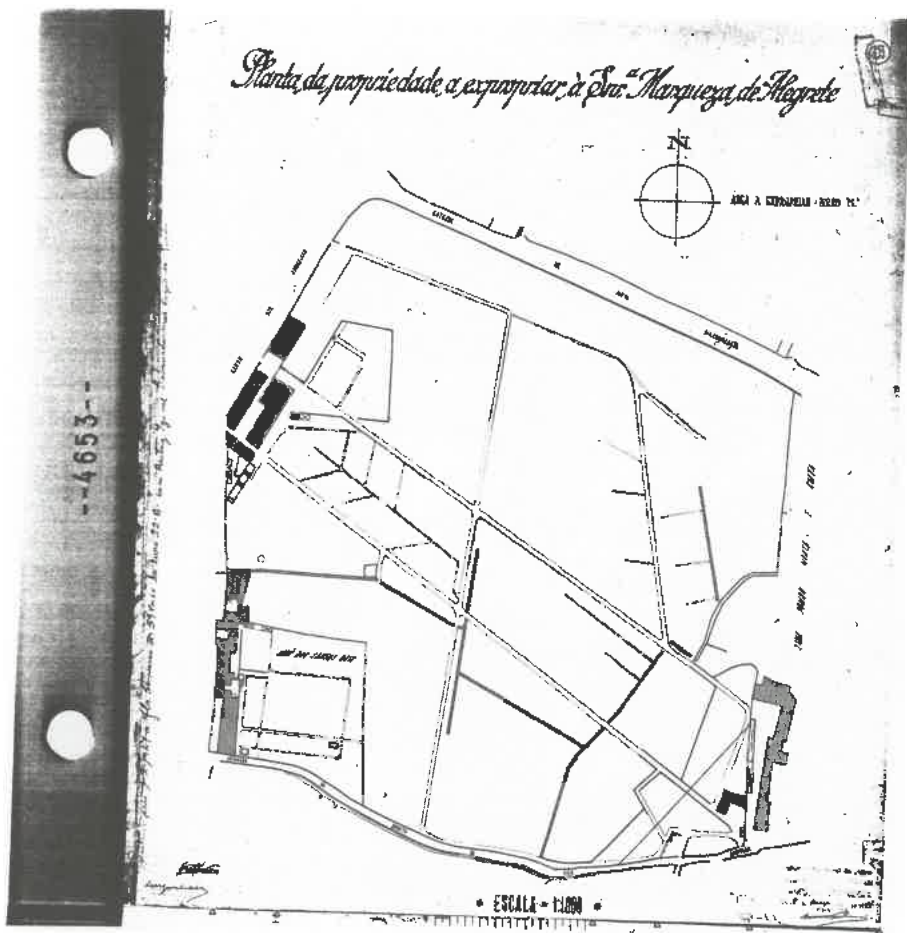
3.
Em 1968, no Campo das Amoreiras nº55
a 02, o cinema desmontável Cine Estrela
tinha uma capacidade de 500 lugares
"onde se alinham algumas centenas de
cadeiras sob um toldo multicolor". João H.
Goulart. "Charneca, Galinheiras, Petais:
Os Aredores da Cultura", por Francisco
Vale. *Jornal de Letras*, 17 Março 1981.



Quinta Alegre em 2011.

o bairro foi, entretanto, desmantelado. Actualmente o carácter de pequeno aglomerado rural persiste, identificando-se ainda algumas das Quintas que foram poupadas a expropriações e demolições, nomeadamente as resultantes da construção e ampliação do aeroporto, onde datas sobre os portões registam os tempos de construção neste espaço de matriz rural. Refiram-se os portais e casas das Quintas do Bom Jardim, da Nossa Senhora da Conceição, e do Louro, ainda que muito descaracterizados e em mau estado de conservação.

O tratamento paisagístico do Campo das Amoreiras, na década de 1990, recharacterizou-o enquanto espaço lúdico urbano, apresentando-se como um jardim de desenho regrado, geometrizado e estabelecendo novas espacialidades neste lugar. A construção da Avenida Santos e Castro, ligando a 2ª Circular e o Eixo Norte-Sul, inaugurada em 2013, viria a proporcionar melhor acessibilidade a este lugar, contribuindo, com a construção em 2016 de um Jardim de Infância, para a valorização urbana e sociocultural desta zona da cidade de Lisboa.



Planta da propriedade a expropriar à Sr.ª Marqueza do Alegrete. Área a expropriar: 3.280 m². 4 Março 1946". Planta n.º 4653 do Arquivo das expropriações/aquisições da Câmara Municipal de Lisboa.

Observa-se assim que a alteração física deste território ao longo do século XX testemunha a valorização dos transportes e as vias de comunicação em detrimento do património histórico, independentemente do reconhecimento do seu valor para a memória do lugar.

4. Significado patrimonial

Maria Amélia Abreu Saraiva Telles da Silva¹, em 15 de Junho de 1957, descreve o valor patrimonial do imóvel, que ilustra com fotografias de interiores e exteriores, dando origem à abertura do processo de classificação, que obtém em 1962⁵, como Imóvel de Interesse Público (IIP). No entanto, só em 1968, e por solicitação da Câmara Municipal de Lisboa, é esclarecido pelo então secretário de Estado da Cultura e Educação Permanente a que se refere a classificação da Quinta Alegre, oficializada em 1977 em Diário da República: “o palácio, jardins e construções ou elementos decorativos nela existentes”⁶. A utilização do termo *Palácio* na identificação da casa principal originará a designação de *Palácio do Marquês do Alegrete*. Acrescente-se que, no Plano Director Municipal de Lisboa, encontra-se classificada como de Património de Valor Municipal⁷ e está igualmente incluída no Inventário SIPA com a referência IPA.00003200 (Vale, Gomes, Correia e Mantas, 2004).

4. Esposa de Fernando Telles da Silva Caminha e Menezes, 7.º marquês de Alegrete.

5. Decreto n.º 44 452, DG n.º 152, de 5 de Julho.

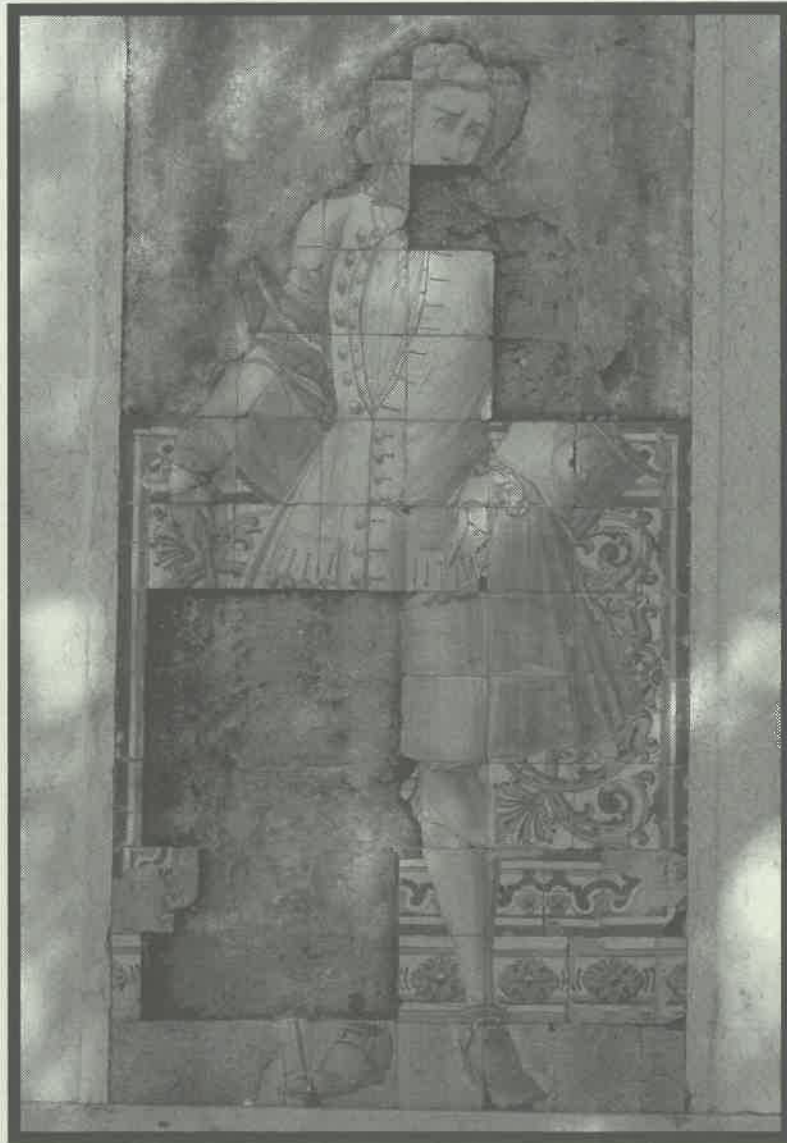
6. Decreto n.º 129/77, DR, I Série, n.º 226, de 29 Setembro.

7. In Anexo 1 – Inventário Municipal de Património: Lista dos imóveis e conjuntos edificados (Art.º 13), na Freguesia n.º 13 - Charneca, com a referência 13.04 - Quinta Alegre / Campo das Amoreiras, 92 - 96 (IIP).



Reportagem fotográfica efectuada pela Marquesa do Alegrete (1957). Fonte: Arquivo SIPA, ref.s 526751.

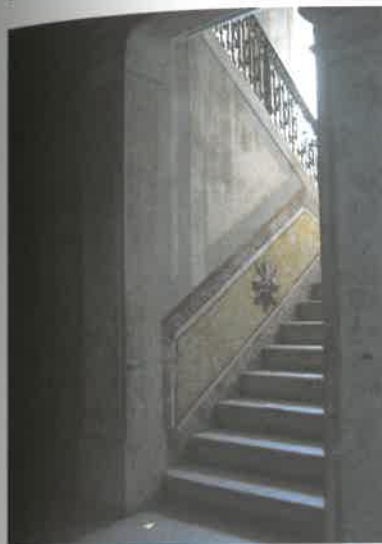
CAPÍTULO II



INTERVENÇÃO EM PATRIMÓNIO HISTÓRICO



2007



2007

Intervir em património histórico requer a definição de estratégias de intervenção que se alicerçam em recomendações internacionais e em critérios e metodologias decorrentes de boas práticas. Esta será a base fundamental para entender a entidade patrimonial como um bem de valor material e imaterial, contribuindo para estabelecer um uso qualificado dos seus espaços históricos que proporcione experiências ambientais e sensoriais qualificadas na contemporaneidade.

A qualidade e grau de conservação do património integrado na casa principal foi determinante nas opções de projecto, exigindo uma resposta cuidada e respeitadora dos valores em presença. Deste modo, o projecto estruturou-se de acordo com critérios que compõem o conceito ético de intervenção mínima limitando a intervenção ao indispensável para a manutenção, integridade, durabilidade e acessibilidade dos materiais originais, definindo zonas de sacrifício de impacto mínimo, de modo a integrar subtilmente o programa funcional previsto e a necessária reinfraestruturação. Naturalmente que o projecto atendeu também à regulamentação em vigor, tendo-se procurado enquadrar o impacto da legislação aplicável no contexto patrimonial em presença. Refiram-se as diligências efectuadas neste âmbito, com a execução de sondagens arqueológicas como requerido pela sua classificação patrimonial de IIP e acompanhadas pela Direcção-Geral do Património Cultural.

Considerando as recomendações internacionais, bem como as boas práticas em intervenção de restauro, reabilitação e reinfraestruturação, a metodologia de intervenção adoptada para o palácio e jardim apoiou-se numa cuidada abordagem ao estado de conservação do edificado e da unidade paisagística. Após a identificação e caracterização das anomalias que afectavam os elementos decorativos, efectuou-se o registo em fichas de levantamento, sala a sala, dos materiais e técnicas em presença. Da mesma forma se procedeu ao levantamento topográfico dos espaços envolventes, de modo a permitir uma leitura global da unidade paisagística composta pelos elementos vegetais, mas também de todos os elementos construídos, como muros, muretes com conversadeiras, portões e respectivas colunas, o lago em cantaria, nora e respectivos tanques e canais, bem como outros elementos.

Entre a primeira visita em 2007 e a última, verificou-se uma evolução negativa e acelerada de anomalias, transversais aos diversos sistemas construtivos e suportes de identidades artísticas, caracterizadoras da unidade cultural em presença. O facto de a cobertura, de sólida construção, se manter quase estanque, contribuiu para contrariar a evolução das anomalias acentuadas pela entrada de águas pluviais sobre os frechais em praticamente toda a periferia. Destaca-se ainda a podridão dos madeiramentos, sendo observável também algum ataque de xilófagos. A boa execução original e a selecção dos materiais que incorporam esta

construção permitiram que, em termos estruturais, o edifício se apresentasse sem assentamentos ao nível das fundações, com paredes e cornijas isentas de fissuração.

Em 2014 novas peritagens foram efectuadas no local, tendo inclusivamente sido analisados alguns suportes e elementos do património integrado, onde se evidenciaram anomalias padrão. Identificam-se de novo praticamente os mesmos factores que contribuíram para a aceleração do processo de degradação física dos espaços edificados, destacando-se a ausência de manutenção e, de novo, o vandalismo. Esta degradação contribuiu, ao longo do tempo e particularmente desde que o edifício foi encerrado, para a aceleração do processo natural de alteração física, originando modificação das qualidades padrão dos materiais constituintes e das estruturas construtivas e ornamentais. Desconsolidação e destabilização mecânica e física, com consideráveis lacunas, evidenciavam este processo de degradação. No entanto, o edifício mantinha a sua autenticidade original, espacial e material.

O traçado do jardim romântico do início do século XX era coerente com a distribuição da casa principal, e com a relação que tinha com o jardim. Este era lúdico, espacialmente contido na proximidade da habitação e com carácter intimista, capaz de satisfazer os eventos sociais e familiares, e nas vertentes produtivas era completado com as culturas agrícolas envolventes. Nesta época, o traçado era certamente conforme ao que está indicado na planta da cartografia de Lisboa de 1906, com um jardim romântico junto ao palacete a envolver o belo tanque elíptico. Como já referido, a grande alteração do jardim decorre entre 1909 e 1950, com a passagem do tanque elíptico para o socalco inferior, a remodelação dos canteiros para um traçado de cariz neoclássico e a delimitação do patamar junto à casa com conversadeiras forradas a azulejo, composto por painéis incompletos e muretes deficientemente construídos, no que às boas práticas da construção à época dizia respeito, sobretudo tendo em conta a qualidade dos azulejos. O jardim foi ampliado para o patamar inferior com um traçado neo-romântico de que não restaram quaisquer elementos construídos ou plantados, nem imagens.

Ao executar estas grandes alterações no jardim, o proprietário procurou melhorar o estatuto da Quinta Alegre, propondo ao Estado a sua classificação, apresentando diversos documentos para justificar a sua promoção a património nacional. A reduzida dimensão do espaço exterior, jardim e não só, da Quinta Alegre de hoje compromete a intervenção em duas medidas. Em primeiro lugar, na medida em que o espaço exterior serve de protecção e enquadramento do edifício face à envolvente, em segundo, na medida em que ele próprio, parte integrante do imóvel, se encontra amputado.

Concluiu-se que, quer do ponto de vista conceptual quer do ponto de vista financeiro, a Quinta Alegre, nas suas construções e jardim, sugeria ter capacidade física e funcional adequada para retomar um novo



2007

ciclo de utilização. A partir desta identificação e da sua análise teórica, foi aferida a metodologia de intervenção a implementar orientada pela ética de intervenção.

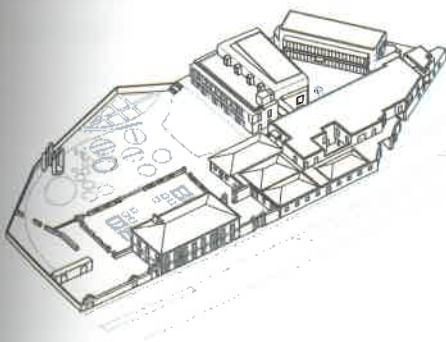
1. Um programa inovador: habitação intergeracional

Com a aproximação do fim da segunda década do século XXI, é paradigmática a posição conjunta da CML e da SCML ao considerar “o envelhecimento da população lisboeta como algo positivo” (Wilton, 2018: p. 17). Esse envelhecimento, que se reflecte na cada vez mais prolongada experiência de cidadãos que durante mais tempo interagem com a cidade de forma autónoma e activa, requer da cidade respostas que apoiem e promovam esta nova forma de estar e ser, que rejeita o isolamento e a solidão. A SCML encontrou na integração de gerações resposta a esta faixa etária, com a construção de equipamentos de estrutura residencial e cuidados acompanhados numa perspectiva harmoniosa entre plano físico e espiritual, onde o sentido lúdico se articula com o encontro social e intergeracional.

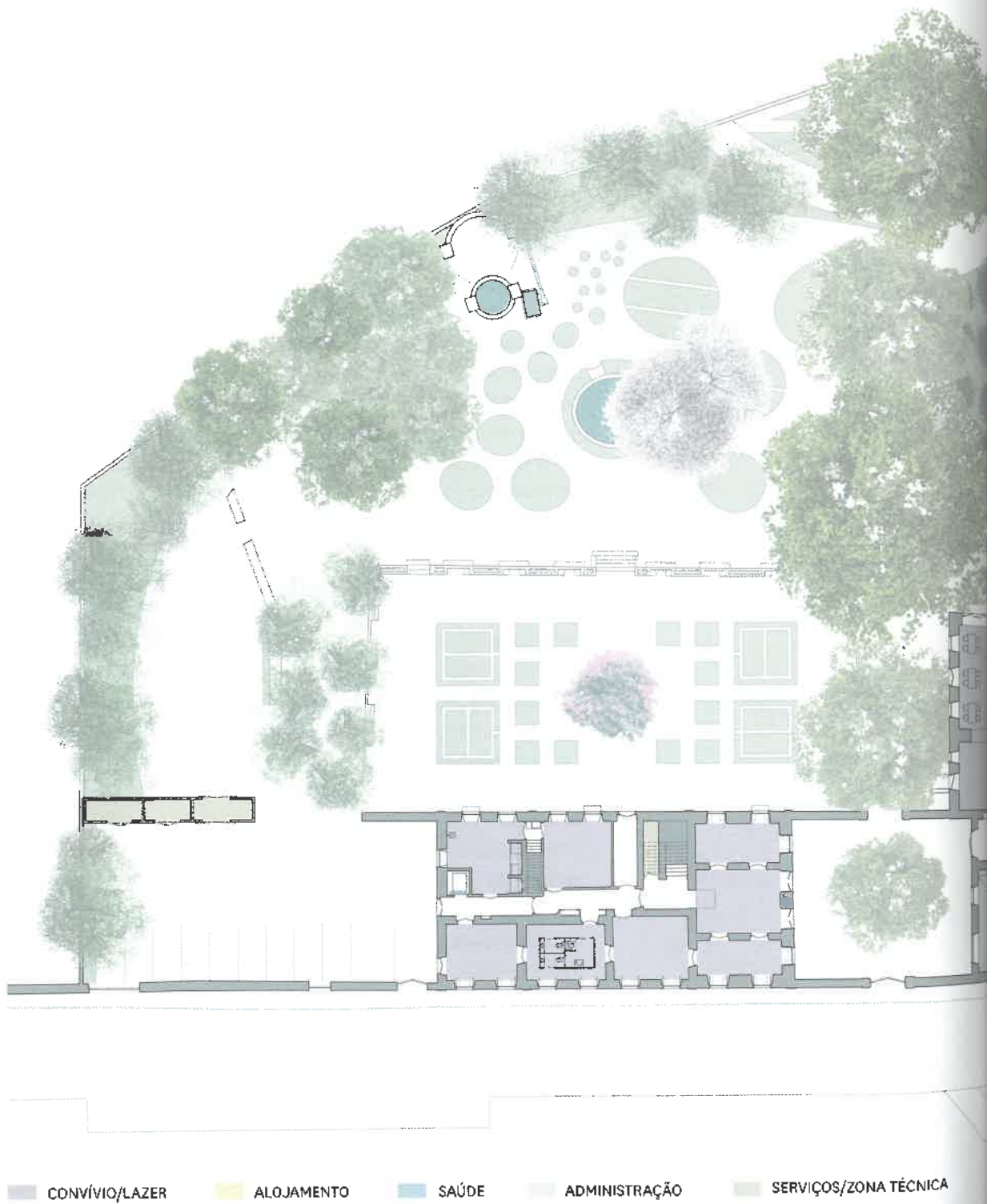
Com a intenção de definir uma utilização social abrangente, e assumindo-se como “pioneira na procura de novas respostas sociais” (SCML, 2015), a nova direcção na SCML propõe a instalação de um programa funcional para a reabilitação da Quinta Alegre tendo como princípio orientador a intergeracionalidade:

“Para a fracção territorial em questão, pretende-se a criação de uma unidade de Lar Residencial de Idosos com possibilidade de residências a externos. Procura-se uma relação intergeracional entre os idosos e jovens de forma a garantir uma interacção constante e um desenvolvimento intelectual e social, evitando o isolamento e exclusão recorrente na 3ª idade. Desta forma, é essencial repartir os espaços necessários para o funcionamento do Lar pelos diferentes edifícios, destinando o Palácio a funções abertas à sociedade que servirá como ponto de encontro entre gerações. O Jardim deverá ser considerado enquanto centro lúdico e de actividades (tais como *tai chi*, jardinagem, horticultura, circuitos de manutenção, entre outros) promovendo a vivência exterior e actividades físicas” (SCML, 2014, p. 2).

Na perspectiva de actualização de uso de um edifício histórico para a contemporaneidade, coloca-se de imediato aos projectistas a questão de como enquadrar um programa inovador no contexto português como o proposto pela SCML – o de uma *estrutura habitacional intergeracional*. De imediato se detectam três problemas, a saber: a área edificada existente ser escassa para tal programa, requerendo a ampliação dos anexos agrícolas nas áreas envolventes a nascente-sul; a Quinta estar classificada, pelo que a definição dos usos adequados a cada um dos espaços deve ser sensível aos valores em presença; e finalmente, tendo o programa

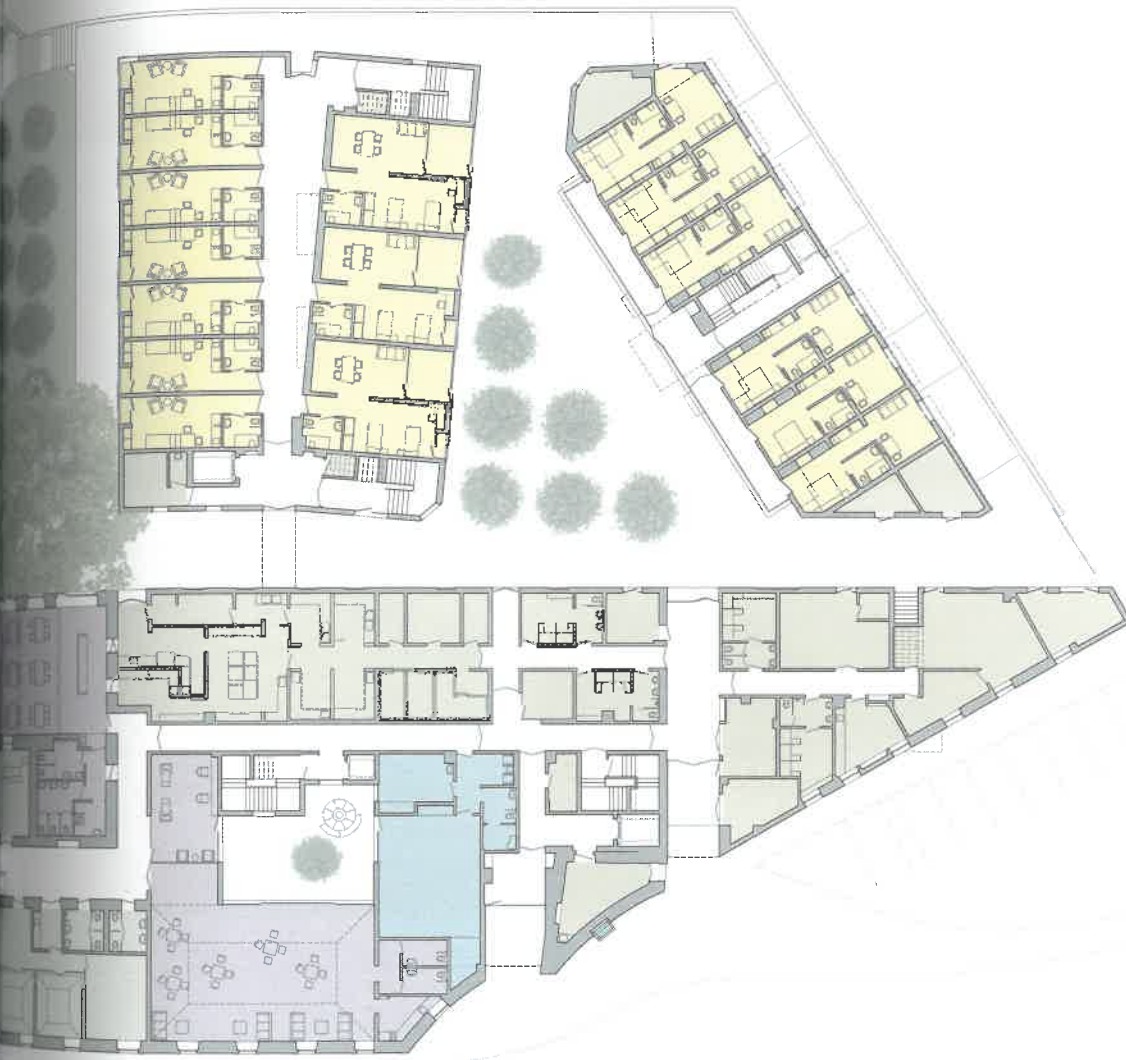


Quinta Alegre: estrutura habitacional intergeracional: perspectiva.

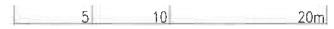


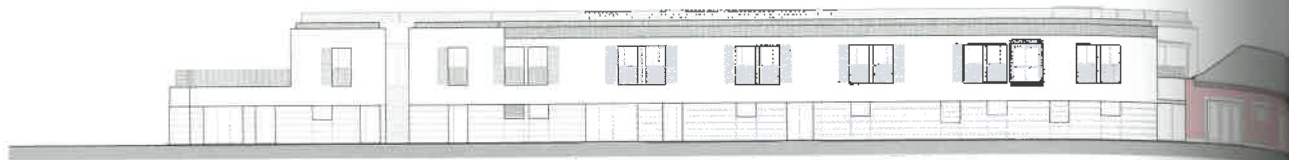
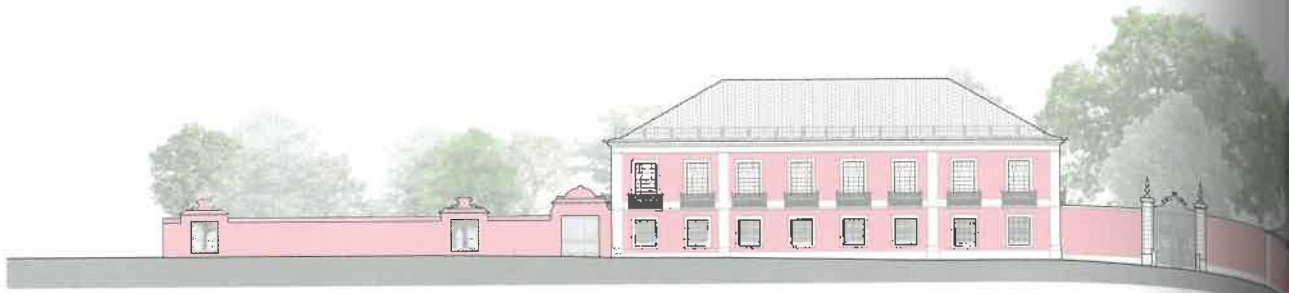
Quinta Alegre: estrutura habitacional intergeracional; planta piso térreo.

PROJETO DE REABILITAÇÃO



PISO 0





ALÇADO NORTE



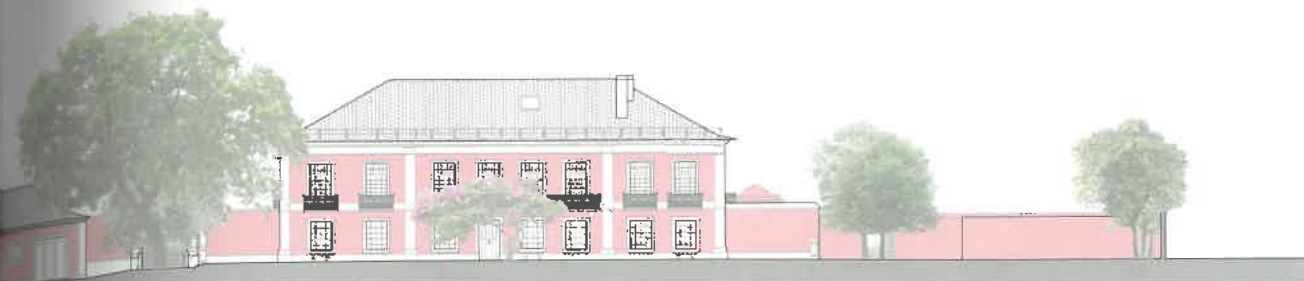
CORTE A

Quinta Alegre: estrutura habitacional intergeracional: alçados e cortes.

PROJETO DE REABILITAÇÃO



ALÇADO POENTE



ALÇADO NASCENTE



ALÇADO SUL



CORTE B

5 | 10 | 20m

propósitos de uso comunitário, requerer-se a localização estratégica dos serviços de apoio à habitação que se pretendem igualmente de utilização pela comunidade local. O sentido ético da intervenção foi consubstanciado numa metodologia agregadora, cujo núcleo funcional central foi localizado nos anexos, determinando todas as acções e respectivas articulações, com a casa, jardim e novos edifícios, de modo a se regularem por via hierárquica na organização funcional.

Numa perspectiva integral, e integradora de todas as variáveis, e tendo em consideração a necessária viabilidade técnico-financeira dessa intervenção, a SCML define que a intervenção na Quinta Alegre será composta por três unidades funcionais complementares – a Unidade Social, a Unidade Assistida e a Unidade Residencial – a implementar em três fases.

Fase 1. A casa principal como espaço de encontro intergeracional.

Esta primeira fase prevê essencialmente a conservação, restauro e reinfraestruturação da casa, pátio de aparato e jardim, dando continuidade à proposta apresentada em 2007, que contemplava a introdução de um núcleo sanitário de apoio mínimo às actividades de lazer que aí se previam, como salas de leitura, jogos, multimédia e de estar. Com este novo programa, tornou-se perceptível que a antiga cozinha poderia proporcionar uma utilização mais versátil e que a introdução de um elevador seria necessária para acesso a pessoas com mobilidade condicionada. No jardim, circuito de manutenção, jogos e espaço de hortofloricultura complementam as actividades de interior, potenciando a utilização em horário diurno pelo público, que assim poderá desfrutar deste espaço privado. Estes espaços poderão igualmente acolher pequenos eventos de natureza cultural, ou outras, no âmbito representativo da instituição Misericórdia. Possibilita-se ainda eventos no âmbito técnico-científico, e/ou museológico, que poderão assim usufruir de tão distinto património. A possibilidade de visita poderá ainda dar a conhecer um importante núcleo museológico representativo do Romantismo português, podendo integrar a rota dos palácios românticos de Lisboa, de que destacamos o Palácio Marquês de Fronteira e o Palácio do Beau Séjour, em Benfica, ou os Museus do Traje e do Teatro, no Lumiar.

Fase 2: As construções anexas para instalação de apoio e residências assistidas, a ampliação para residências autónomas. A reabilitação das ruínas das construções de apoio rural, já sem coberturas, que se encontram na ligação ao pátio de aparato, ao jardim e à estrada, foi definida como sendo a continuidade natural da Fase 1, com o propósito de aí instalar as funções essenciais da Unidade Assistida. Beneficiando da fase anterior, permite proporcionar serviços ao exterior, de que destacamos o restaurante/sala de refeições dos utentes, localizado junto à entrada, e a lavandaria social. Aqui se instalaram os espaços de âmbito técnico, administrativo e de armazenamento, os espaços sociais de ginásio, salão de

Estrutura habitacional intergeracional



Maqueta: Fase 1 (Norigem, 2017).



Maqueta: Fase 2 (Norigem, 2017).



Maqueta: Fase 3 (Norigem, 2017).

PROJETO DE REABILITAÇÃO

QUINTA MARQUÊS DO ALEGRETE

A instalação baseada do programa funcional definido pela S.C.N.L. articulada na sua multiplicidade por um conjunto arquitetônico que contemple o valor patrimonial e o valor da memória coletiva local, para seguramente o garante para a salvaguarda deste patrimônio permitindo um uso no conjunto arquitetônico que assegure a comunidade e permita a preservação dos valores históricos e culturais.

A ambiência, interna que se procurou instalar, foi uma preocupação pois esta resultaria a vida quotidiana dos utentes. Neste sentido se valorizou a sua percepção e usufruto considerando sobretudo situações de maior aderência como as existentes que, na sua concepção poderão ficar circunscritas a unidade quarta.

Por isso a variedade das unidades de redução de dimensão, tendo no entanto a área suficiente para que o exterior possa ser perceptível e agradável.

A sala comum beneficia de um pátio onde se instalarão as memórias arquitetónicas encontradas no local, integradas num arranjo paisagístico específico, pontuado pela presença de uma árvore.

Os salões, de grande dimensão, utilizam lateralmente sobrepondo-se permitindo uma fluidez espacial e respectiva aquisição da continuidade espacial, entre interior e exterior. Também o restaurante, instalado na antiga adega, poderá usufruir do espaço fronteiro ajardinado, onde se irá instalar uma explanação. Este será bem dos propósitos funcionais equiparamento, relacionando o sentido do espaço entre interior e exterior, de modo a reduzir o efeito de barreiras e proporcionar a continuidade espacial exterior, o sentido de liberdade em separação através da valorização da intervenção paisagística.

Internamente, valorizam-se os materiais e acabamentos que proporcionam conforto recorrendo a tons claros e facultando resistência reduzida manutenção e separação no uso, contribuindo para a harmonia física e psíquica dos utentes.

A terceira fase terá uma utilização residencial para jovens constituída por apartamentos equipados com kitchenette. Beneficiará dos equipamentos instalados, assim como de toda a organização relacionada com a manutenção. Esta será uma forma de reduzir custos, otimizando infraestruturas e potenciar a integração na comunidade, como um Bairro mais agradável.

Esta fase funcionará como uma unidade intergeracional, ou seja, acolherá idosos e jovens incluindo funcionários administrativos e operacionais, funcionários de manutenção geral, receção, visitas, jardineiros e outros.

Os serviços e áreas comuns serão pensados e delineados para esta diversidade de utentes e de usos, pelo que se pretendeu fundamentar hierarquizar e condicionar circuitos de modo a preservar o bem estar dos utentes residentes dos visitantes.

De um modo geral, o piso 0 e o piso 1 conterão áreas técnicas e o piso 1 conterá as zonas privadas da unidade (quartos, serviços) escadas e serviços elevadores e

De um modo geral, o piso 0 e o piso 1 conterão áreas técnicas e o piso 1 conterá as zonas privadas da unidade (quartos, serviços) escadas e serviços elevadores e

De um modo geral, o piso 0 e o piso 1 conterão áreas técnicas e o piso 1 conterá as zonas privadas da unidade (quartos, serviços) escadas e serviços elevadores e

Estrutura habitacional intergeracional: faseamento. Escrita desenhada (Victor Mestre, 2017).

estética e gabinete de saúde, numa organização que funcionará 24 horas por dia. O novo primeiro piso destinar-se-á a um conjunto de dezassete quartos duplos e simples. Um novo edifício a sul, com três pisos, destinado a dezoito quartos e dez apartamentos, foi estrategicamente implantado de forma a permitir o acesso ao nível do Piso 1 por passadiço, assegurando a unidade de uso e de fruição dos utentes. A SCML determinou serem estas instalações destinadas aos reformados da instituição.

Fase 3: Residências intergeracionais. Com carácter de alojamento autónomo, essencialmente destinado para jovens e localizado no terreno livre a sul-poente das construções agrícolas, um novo edifício de dois pisos e estacionamento em duas caves, complementará e validará o investimento financeiro global. Procura-se com a instalação de doze apartamentos tipo residência de estudantes favorecer uma dinâmica social pró-activa dos seus utentes, que poderão utilizar os serviços e actividades instalados nas Fases 1 e 2. Enquanto identidade cultural reguladora do espaço e da expressão, neste edifício, a arquitectura qualificará essas vivências, uma vez que o sentido de continuidade patrimonial do projecto se revela pela harmonização de memórias de diferentes tempos históricos e estéticos. As memórias, ainda presentes no contexto preexistente e, no plano abstracto, as memórias históricas que fazem parte do mapa mental dos utilizadores do futuro complexo, permitirão que os residentes nesta unidade partilhem um enquadramento que foi comum aos seus antecessores.

2. Unidade Social – conservação, restauro e reinfraestruturação da casa e jardim

O projecto propôs a reinfraestruturação considerada justa em função das actividades previstas pela SCML, de reduzido impacto e respeitando as unidades espaciais em presença. Como já referido, o projecto de adaptação dos espaços existentes aos novos usos orientou-se pelo conceito ético da intervenção mínima, limitando a intervenção ao indispensável para a manutenção, integridade, durabilidade e acessibilidade dos materiais originais. São diversas as artes construtivas e decorativas a restaurar, onde se destacam no interior os estuques, pintura mural, pinturas decorativas, azulejaria, marcenarias, alvenarias, cantarias e carpintarias. Estes revestimentos de valor patrimonial condicionaram as opções de intervenção, exigindo uma resposta cuidadosa e respeitadora dos valores em presença.

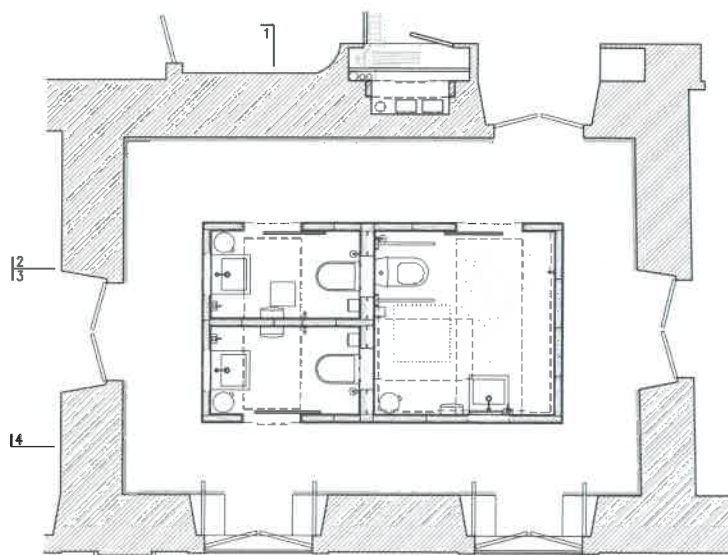
As soluções técnicas definidas para a implementação das características ambientais necessárias a estes usos foram baseadas na definição de localização de áreas mínimas de sacrifício do edifício e na utilização de equipamentos que implicassem o mínimo impacto visual. Como opção estratégica, foi contemplada a construção de uma área técnica anexa, no exterior, onde foram integradas todas as ligações aos concessionários dos

Infraestruturação da casa nobre: águas, esgotos, electricidade, telecomunicações, climatização e segurança.

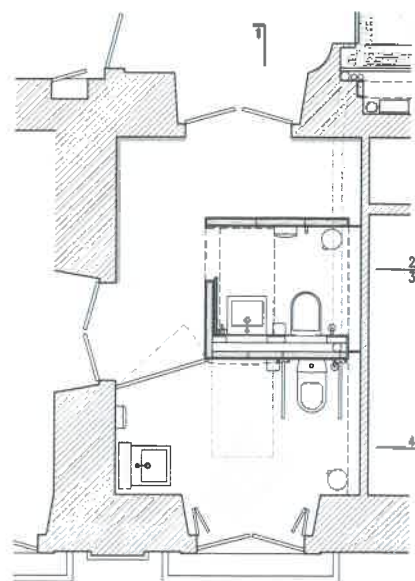
PROJETO DE REABILITAÇÃO



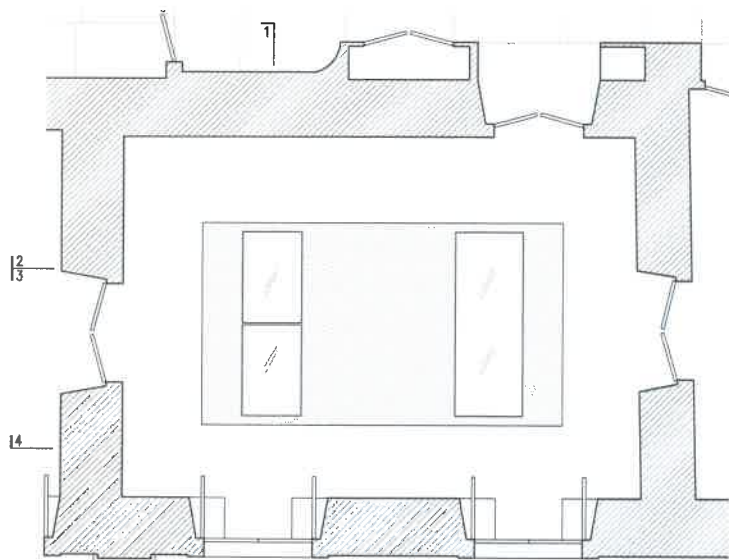
diversos serviços, como electricidade, comunicações e gás, bem como os equipamentos exteriores de AVAC. No edifício procuraram-se soluções subtis, nomeadamente nas opções de ocultação da rede eléctrica, revelando-se apenas nos volumes que resultaram da implantação de sanitários. Assim, os dois núcleos, um em cada piso, foram integrados como uma “peça de mobiliário”, ou seja, não tocam (parcialmente) nas paredes nem nos tectos existentes, de modo a permitirem a leitura das saletas onde se implantam. A localização deste uso foi estratégica na solução de concentração das infra-estruturas em vala no pavimento térreo, que assim integra as redes técnicas sem prejuízo das artes decorativas que revestem paredes e tectos. Da mesma forma, as instalações eléctricas e de comunicações utilizaram ductos de passagem para condutas e cabos, de forma oculta, recorrendo a aparelhagens integradas em rodapés e alizares. Foi determinante a definição de iluminação “de pé”, determinante



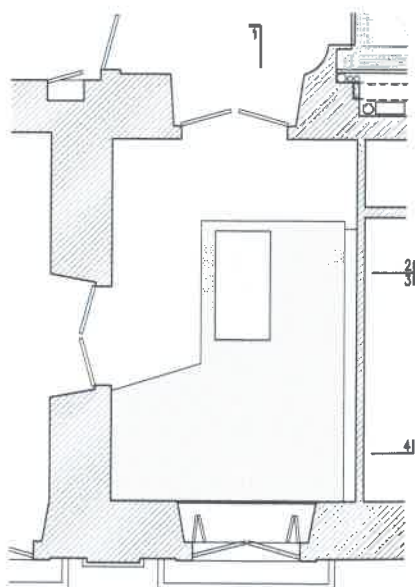
PLANTA - PISO 0



PLANTA - PISO 1



COBERTURA DE SANITÁRIOS - PISO 0



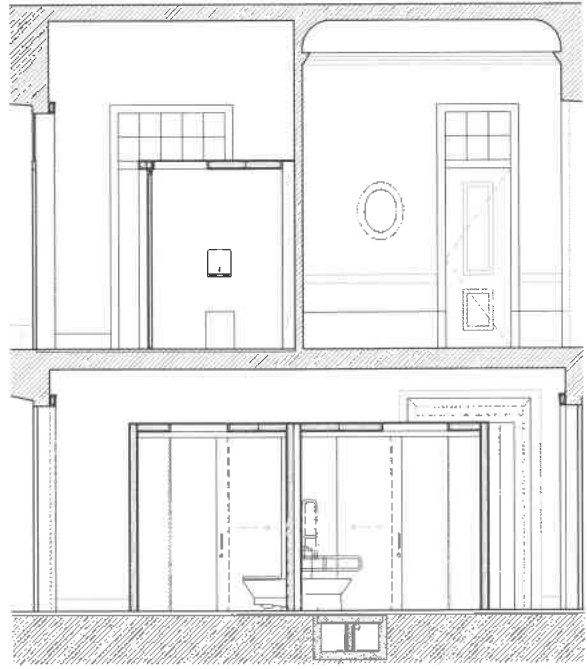
COBERTURA DE SANITÁRIOS - PISO 1

Sanitários no piso 0 e piso 1: plantas e cortes.

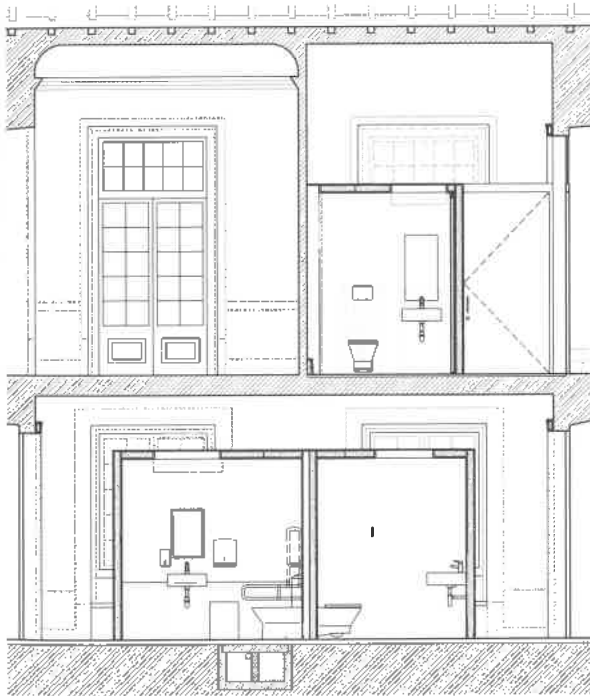
PROJETO DE REABILITAÇÃO



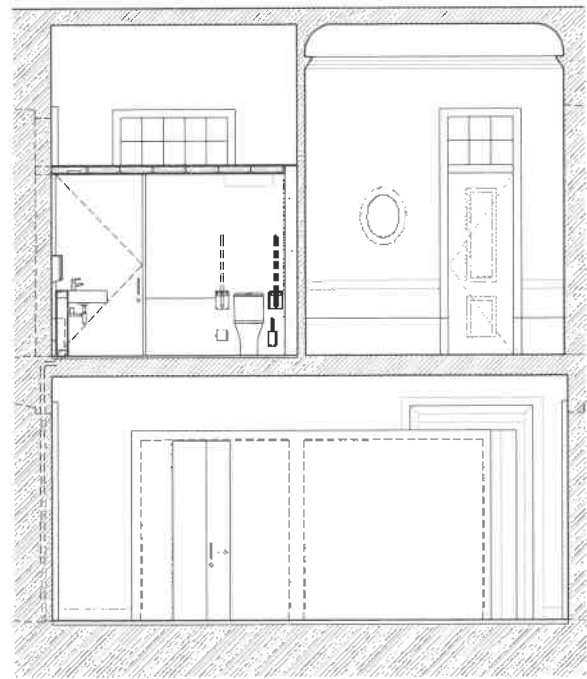
CORTE 1



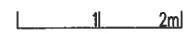
CORTE 2



CORTE 3



CORTE 4



no piso nobre, situação que permite não afectar o programa decorativo dos paramentos e dos tectos, bem como a opção de climatização que utilizou unidades interiores próprias, integradas em mobiliário desenhado especificamente pela arquitectura, e a adaptação da caixilharia existente à integração de um novo vidro com características térmicas. Ainda de referir que, no pátio exterior, se propõe a reposição dos silhares de azulejo azul e branco das figuras de convite, devolvendo o ambiente de recepção do século XVIII a este espaço.

A intervenção no jardim, da autoria do arquitecto paisagista Luís Cabral, procurou responder ao programa proposto pela SCML em paralelo com a valorização do património existente, sobretudo considerando os elementos preponderantes patrimoniais e que levaram à classificação da Quinta Alegre – de que se destacavam as pinturas interiores e azulejos de figura do pátio de aparato –, atendendo a que a propriedade continha, originalmente, bosques, terrenos agrícolas, pomar e horta, áreas complementares do jardim que depois foram vendidas ou expropriadas, e os elementos relacionados com o sistema hidráulico do século XVIII, ou seja, a nora e poço e seus magníficos engenhos.

Na restante área do jardim, o traçado integrou as leituras históricas, restaurando os elementos primordiais, nomeadamente figuras de convite, pavimento e elementos construídos do pátio de aparato e recuperando os diferentes patamares. Foi ainda importante que o espaço no seu conjunto tivesse uma coerência estética e leitura de conjunto neste novo traçado, pelo que as formas são simples e discretas, com intenção de não ofuscar os elementos restaurados e recuperados. Deste modo, foi forçosa a interpretação e o evocar dos sentidos de tempo e espaço segundo as épocas históricas, pelo que foi introduzida a composição ortogonal, regular e simétrica no patamar superior, bem como uma composição de leitura romântica para o troço de dimensão semelhante do patamar inferior. Neste espaço, os canteiros inscritos no saibro, ou pavimento dominante à base de gravilhas, apresentam formas ovais, mas a sua dimensão e disposição permite inscrever a organicidade do carácter romântico pretendido.

No patamar superior, foram recuperadas as conversadeiras no seu traçado original. A falta de azulejos levou a definir que a restante área de painéis fosse preenchida com azulejos brancos. Os canteiros deste jardim são quadrados. Os maiores, com cerca de 5 metros de lado, apresentam um rebordo em murta, espécie aromática muito empregue em topiária. No seu interior, ficou a alfazema, que tem menor porte e uma clara distinção cromática. No jardim inferior o tanque foi recuperado, com circulação de água, e envolvido por um canteiro de murta relativamente baixo que permite a sensação de fresco causada pelo repuxo, mas evita a aproximação dos utentes. Os canteiros foram dispostos consoante a escala do conjunto, e compostos por espécies para produção de chás caseiros,

PROJETO DE REABILITAÇÃO



com plantas arbustivas e herbáceas de belo efeito estético que, plantadas densamente e aparadas de acordo com o seu porte e leitura do conjunto, poderão manter bom aspecto o ano todo. A extracção de folhas e partes dos caules foi efectuada de acordo com o efeito estético que se pretendeu para o jardim. Os muretes das conversadeiras foram rebocados e caiados ou pintados na face exterior, e no patamar de baixo têm adossados uns bancos capeados a pedra, como as conversadeiras existentes, e voltados para o jardim romântico.

A área de horta e pomar para as actividades solicitadas pela SCML foi localizada na extrema sul, próximo do local onde se localiza o novo edifício residencial. O pomar, que se pretende diversificado, desde os citrinos, às ameixeiras, romãzeiras e outras, ocupa o talhão fronteiro ao edifício. Este espaço de carácter mais produtivo ocupa a única área com sol disponível. A prática do *tai chi*, o aparelho de ginástica, bem como o circuito de manutenção, faz-se nas áreas de jardim e nos percursos envolventes, sob a sombra das árvores. Na faixa de terreno diante do jardim, na direcção do aeroporto, foram plantadas caducifólias, entre as quais tílias, que fazem parte das requeridas no programa de produção de chá. Do lado norte, uma mata de árvores perenifólias diversas faz o enquadramento do recente viaduto. Todas as outras árvores existentes em bom estado foram mantidas, na mesma lógica da recuperação dos elementos construídos existentes já referidos.

3. Unidade Assistida – reabilitação dos pavilhões agrícolas anexos e novo edifício

O conjunto de pavilhões que se encontravam em ruínas apresentava níveis distintos de estado de conservação. Parte dessa realidade resultava da própria constituição física das estruturas – fundações, paredes e coberturas –, cujos materiais e tecnologias eram diferenciadas consoante a função a que se destinavam. Nesse sentido verificou-se que as construções que confinavam com o pátio de receber do solar apresentavam uma consistência construtiva significativa, quer a nível dos materiais quer sobretudo pela qualidade da sua agregação. Nesse âmbito foi igualmente assinalado o desenho arquitectónico, despojado de ornatos, mas de sentido de proporção e integração nas hierarquias estabelecidas a partir do solar. Algumas cantarias de vãos conferiam essa percepção de austeridade harmoniosa. Nos volumes mais próximos do solar, encontrava-se uma pequena sala abobadada, como que funcionando como o núcleo estrutural rígido, e o espaço da adega, que apresentava ainda vestígios das densas asnas que se apoiavam em cachorros de cantaria. A poente-sul deste núcleo, as construções apresentavam-se em ruína, perdendo qualidades técnicas e identidade arquitectónica na sua distância do edifício principal.

PROJETO DE REABILITAÇÃO

Articular a segunda e a terceira fase com o edifício histórico da quinta Alegre integrando (pré-existência) significativas e articuladas com a unidade paisagística, constitui um desafio que a introdução de uma nova expressão arquitetónica desequilibra o conjunto. Neste sentido ser acutelado serão as relações de escala e proporção face ao edifício e do aglomerado urbano. Para avançar com alguma segurança

deve-se procurar estabelecer continuidades reforçadas por apontamentos regulares na volumetria, em simultâneo, as zonas de contacto que foram apenas volumétricas e bem de regulação espacial e funcional entre interiores e exterior e vice-versa. Alguns destes pontos estabelecem relações específicas dos aspectos de maior interesse envolvente ou com as particularidades dos inseridos no núcleo urbano e expressões arquitetónicas tradicionais. Apesar de apontamentos tradicionais, assaz próximos a sua linguagem e linguagens construtivas e identificáveis nomeadamente, varandas, jrisos, portais, escadas, abajures, coberturas, etc. com o respeito a métrica construtiva, volumétrica e ritmo das padarias tradicionais.

As volumetrias introduzidas procuram estabelecer pontes com os edifícios tradicionais quer do quinta quer do aglomerado através de linhas de continuidade volumétrica reforçadas por apontamentos arquitetónicos e "desmembramento" de volumes. Desta modo se retoma o espírito a matriz urbana envolvente, constituída por volumes que se autonomizam através de sustos apontamentos como patamares, escadas exteriores, fachada falsa, saguado a linha do Serral, grades de ferro, onde se encontra a madeira. Observa-se em toda a unidade volumétrica e uma inscrita na arquitetura tradicional que se deve recuperar para a contemporaneidade, ou seja, poderá ser citada nos edifícios projectados para a segunda e terceira fase.

As vistas de maior relevo são as que permitem o contacto urbano com destaque para a igreja e o solar que se procurou integrar em diversos locais dos novos edifícios.

2017

Estrutura habitacional intergeracional: articulação entre edifício histórico e novos edifícios. Escrita desenhada (Victor Mestre, 2017).

A fragilidade dos materiais era notória, sendo algumas construções elevadas com pedra fósil muito branda, extraída do local ou proximidade, intercalada com estrutura de madeira, tendo-se degradado, acabando por se perderem alguns elementos. Em algumas paredes mistas eram ainda visíveis elementos cerâmicos que, com décadas de exposição às intempéries, se degradaram e, em alguns locais, colapsaram. O vandalismo e o roubo de cantarias e outros materiais contribuíram significativamente para o estado de degradação e supressão de partes consideráveis das antigas construções agrícolas.

Em face das características das preexistências e do parecer dos técnicos da Direcção-Geral do Património Cultural relativamente a estas ruínas, verificou-se a necessidade de se propor a construção de um edifício novo a nascente-sul, em terreno livre de construções, de modo a se assegurar a viabilidade técnico-financeira deste equipamento de assistência social. Consequentemente, o programa que acolhe as funções de âmbito técnico, espaços sociais, administrativos e de armazenamento, instalou-se na área de reabilitação do piso térreo, enquanto que o primeiro piso, recuado no plano marginal da via de acesso principal, contém o conjunto de quartos assistidos. Um passadiço de ligação entre os edifícios reabilitados e o novo edifício, estrategicamente colocado, permite uma adequada fluidez de circulação, assegurando a unidade de uso e de fruição dos utentes entre o novo edifício e o conjunto preexistente. O tipo de quartos que se estudou partiu da ideia de se otimizar um sistema modular, com variantes, de modo a sistematizar a construção, infra-estruturas e equipamentos, integrados numa espacialidade e identidade cultural global. Neste sentido se projectou o quarto simples e quarto com sala e kitchenette (apartamento T1) e o apartamento T0. Alguns apontamentos de conforto procuram relacionar o espaço interior com a paisagem, como as varandas e uma pequena janela de apoio à secretaria. Os apartamentos T1 beneficiam de uma ampla zona coberta exterior, na continuidade da sala, tendo acesso directo aos espaços exteriores do complexo residencial.

4. Unidade Residencial – novo edifício

Por fim a terceira fase (em projecto, 2015) consiste num novo edifício para instalação de uma Unidade Residencial, para jovens, localizado no terreno livre a sul-poente das construções agrícolas, complementando e validando o investimento financeiro das fases anteriores. A opção de implantação em articulação com os edifícios preexistentes e o novo edifício pertencente à Fase 2 resultam em parte da própria configuração do terreno disponível e sobretudo da matriz urbana que se entendeu implementar desde a fase inicial para o conjunto arquitectónico. O que se pretende é enquadrar o construído como uma pequena unidade de vizinhança onde todos se conhecem, respeitam e entreadjudam. Será assim proporcionada

PROJETO DE REABILITAÇÃO

A proximidade dos edifícios é definida por uma grade urbana invisível, articulada por circuitos que promovem o encontro social e tem ainda a particularidade de valorizar o espaço exterior arborizado. Os edifícios integram espaços exteriores abertos por unidade residencial precisamente para permitir a quem está no interior possa igualmente usufruir das vistas, da temperatura completa o seu ciclo diário em

varandas, terracos e jardins são assim locais exteriores de complementaridade e simultaneamente de recato e convívio.

As rotinas que aí potencialmente se passam vir a estabelecer, serão a ponte com as memórias da vida urbana, as vivências de bairro, de quarteirão da proximidade da família e dos vizinhos.

A ligação será tanto maior quanto a proximidade

perada pelas relações criadas com as diversas garagens que se pretendem instalar, o sentido programático que se pretende instalar procura favorecer uma dinâmica social pro-ativa dos seus utentes onde a arquitetura, enquanto entidade cultural regulamentada do espaço e da expressão, qualificará estas vivências.

O sentido de continuidade patrimonial deste projecto revela-se pela harmonização de memórias de diferentes tempos históricos e vivências presentes no contexto pré-existente plano abstracto, as memórias históricas que fazem parte do acervo monumental dos utilizadores do edifício complexo, e que os manterá num enquadramento comum às suas anteriores realidades.

Num programa desta natureza, cada acção essencial se pretende acomodar no ambiente físico e espiritual contextual, por via da organização das relações sociais implementadas para que os utentes desloca-

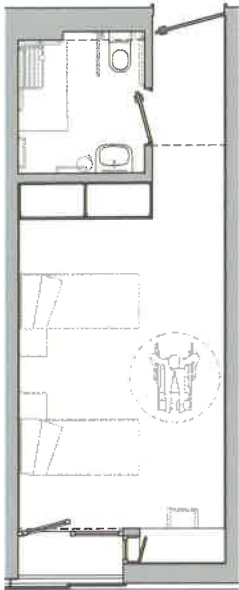
do seu meio, se adaptem a um novo lugar onde a transparência e a equidade

entre uma nova e inovadora

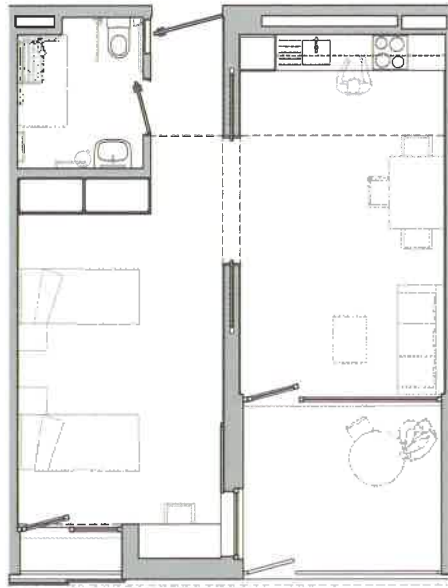
solidariedade e as memórias representativas às suas aspirações realidades, a solução arquitectónica deverá articular todos estes sentidos, valores e necessidades de bem estar.

... este 2015

Estrutura habitacional intergeracional: o espaço público como elemento agregador de uma vivência de bairro. Escrita desenhada (Victor Mestre, 2015).



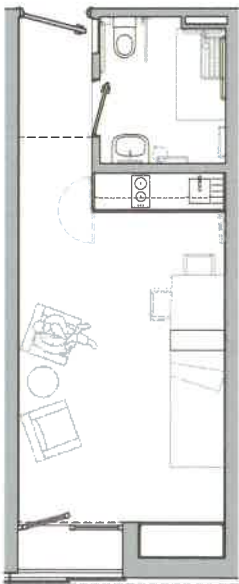
QUARTO DUPLO



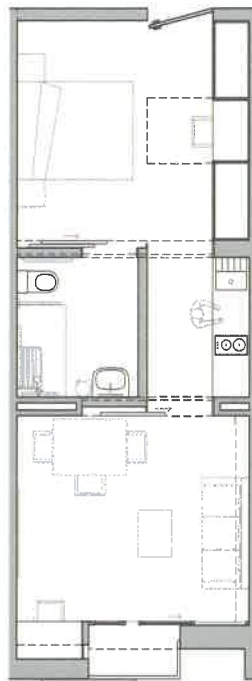
APARTAMENTO T1



Maquetas dos quarto-tipo.



APARTAMENTO T0



APARTAMENTO T0 (FASE 3)



Quartos-tipo e Apartamentos T0 e T1.

PROJETO DE REABILITAÇÃO

TIPOS DE QUARTOS DA UNIDADE ASSISTIDA (FASE 2) E UNIDADE RESIDENCIAL (FASE 3)

O programa funcional que se irá integrar no contexto da Quinta do Marquês do Alagrete, permitirá que os valores socioculturais mais relevantes que ainda permanecem, se mantenham e revigorem, no sentido da sua preservação física e pur do seu usufruto qualificado no seio da comunidade. O sentido da intervenção foi consubstanciado numa metodologia agregadora, cujo núcleo central é a "intermediação" de todas as áreas e respectivas articulações de modo a se regularem por via hierárquica na organização funcional.

De acordo com a S.C.T.L. sua multi-valoridade que contém o núcleo central para questionar o sentido de um

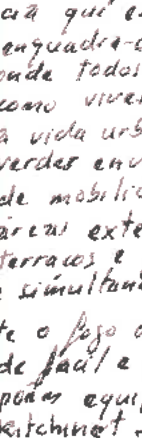
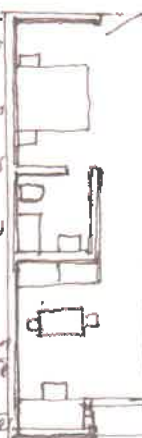
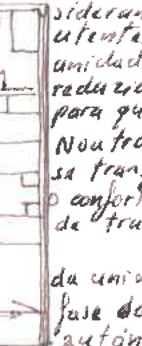
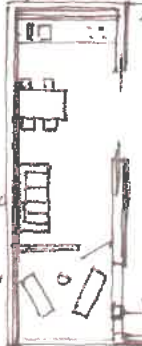
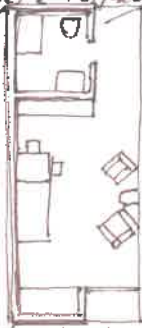
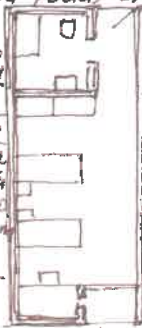
A ambientação arquitectónica restrita a proporções e ritmos articulando luz natural como o tipo de quarto. O sentido da luz do dia, no evoluir do seu percurso, foi uma preocupação pois esta regulará a vida quotidiana dos utentes. Nesse sentido se valoriza a sua percepção e considerando sobretudo situações de maior acessibilidade utentes que, na sua condição, poderão ficar circunscritos a uma unidade quarto. Por isso a varanda reduzida, diminuirá, terá um para que o exterior possa ser acessível. Noutros casos a generosa se transforma num o conforto do ambiente de transição.

Para além deste à redução

residencial que se codificou designado por fase três, será constituído por sete apartamentos tipo T0 destinados a jovens e reformados promovendo a interfuncionalidade. A implantação resulta da conjugação do terreno que este beneficia da situação de patio. Esta conjugação enquadra-se no espírito de uma pequena unidade de vizinhança onde todos se conhecem, respeitam e inter-ajudam. Será assim recetiva nos espaços soluções a todas as Varandas turiedade

Internamente estruturante qual se dispõe os estantes

os espaços de permanência como o quarto, o sanitário e a zona de estar. Esta beneficia de uma pequena varanda projectada da fachada no 1.º piso



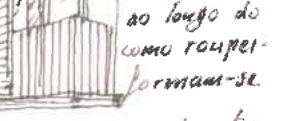
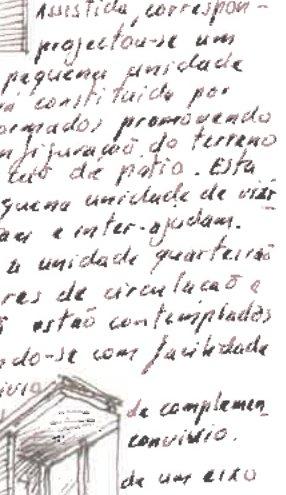
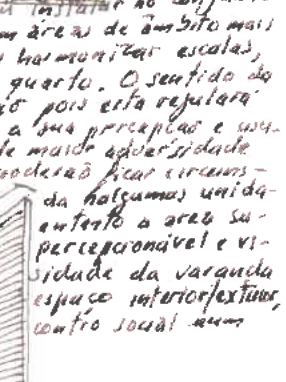
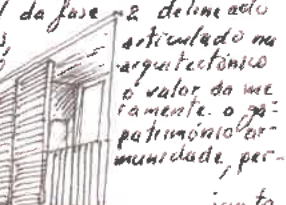
com o programa funcional da fase 2 delimitado faseado em três momentos, pluri-valores por um conjunto para o valor patrimonial e etiva do local, será segura a salvaguarda deste valores que assim se devolve à comunidade qualificada.

cia interna que se procura instalar no conjunto rico em áreas comuns e em áreas de âmbito mais como os quartos, procurou harmonizar escalas, luz natural como o tipo de quarto. O sentido da luz do dia, no evoluir do seu percurso, foi uma preocupação pois esta regulará a vida quotidiana dos utentes. Nesse sentido se valoriza a sua percepção e considerando sobretudo situações de maior acessibilidade utentes que, na sua condição, poderão ficar circunscritos a uma unidade quarto. Por isso a varanda reduzida, diminuirá, terá um para que o exterior possa ser acessível. Noutros casos a generosa se transforma num o conforto do ambiente de transição.

da unidade fase dois, autónoma destinado a uma pequena unidade

destinado a uma pequena unidade residencial que se codificou designado por fase três, será constituído por sete apartamentos tipo T0 destinados a jovens e reformados promovendo a interfuncionalidade. A implantação resulta da conjugação do terreno que este beneficia da situação de patio. Esta conjugação enquadra-se no espírito de uma pequena unidade de vizinhança onde todos se conhecem, respeitam e inter-ajudam. Será assim recetiva nos espaços soluções a todas as Varandas turiedade

Internamente estruturante qual se dispõe os estantes



Unidade de alojamento: Tipos de quartos da Unidade Assistida e da Unidade Residencial. Escrita desenhada (Victor Mestre, 2017).

a vivência de bairro, em que a unidade quarteirão recentra a vida urbana, nos espaços exteriores de circulação e nos espaços verdes envolventes.

A proximidade dos edifícios nesta invisível grelha urbana é articulada por circuitos interiores e exteriores a partir de uma composição de eixos estruturantes, permitindo um sentimento de proximidade e de acompanhamento, onde potencialmente estará sempre alguém por perto. O encontro social será uma realidade fundamental para restabelecer equilíbrios de relações afectivas, indispensáveis para o bem-estar físico e emocional dos utentes. Varandas, terraços e jardins são locais exteriores de complementaridade e simultaneamente de recato e convívio. As rotinas que aí potencialmente se possam vir a criar estabelecerão a ponte com a vida urbana própria das vivências de bairro, de quarteirão de proximidade familiar e/ou sentimento de vizinhança. Tal facto será certamente ampliado por via da ligação intergeracional, contribuindo este tipo de convívio para o carácter social integrado e integrador. As unidades de alojamentos têm a tipologia de T1 e desenvolvem-se no sentido da profundidade do edifício, tendo estas, tal como os quartos da 2ª fase, seguido o princípio da modulação. Compõem-se por uma entrada para o quarto, numa relação directa com um circuito longitudinal que organiza lateralmente arrumos, roupeiro e kitchenette. A sala organizada em zona de comer e de estar usufrui de uma pequena varanda. Ainda na sala, uma secretária integrada com janela completa a organização espácio-funcional. O sanitário integrado na zona central concentra, com a kitchenette, a zona infra-estrutural. Esta solução procura otimizar áreas funcionais com áreas de circulação, fundindo-as no seu uso quotidiano.

O sentido programático procura favorecer uma dinâmica social pró-activa dos seus utentes, em que a arquitectura, enquanto identidade cultural reguladora do espaço e da expressão, qualificará essas vivências. O sentido de continuidade patrimonial deste projecto revela-se pela harmonização de memórias de diferentes tempos históricos e estéticos, respectivamente as memórias presentes no contexto preexistente e, no plano abstracto, as memórias históricas que fazem parte do mapa mental dos utilizadores e que proporcionará um enquadramento comum às suas anteriores realidades. No essencial procurar-se-á acomodar os utentes em ambiente físico e espiritual confortável, por via da organização das relações societárias implementadas, para que, embora deslocados do seu meio, se adaptem tranquilamente e em continuidade a um novo lugar onde transpareça um equilíbrio entre uma nova e incontornável realidade e as memórias referenciáveis às suas específicas realidades.

5. Usufruto do património arquitectónico e paisagístico

As funções da quinta de recreio como um espaço de acolhimento e recepção do século XVIII regressam no século XXI com espaços lúdico-recreativos,



Construções hidráulicas históricas no jardim: tanque, poço e nora.

abertos à comunidade. Integrando funções compatíveis e mantendo a componente cénica dos interiores, permitirão assegurar uma serena reutilização contemporânea. O jardim complementar as actividades a desenvolver nos espaços interiores, contribuindo para que este conjunto se afirme como um importante espaço de encontro, reunião e convívio. Como memória da identidade do conjunto propôs-se a vertente produtiva, numa escala apropriada aos novos usos, bem como o restauro das construções hidráulicas, o tanque, o poço e a nora, que poderão ser entendidos como configurando uma abordagem do tipo museológico, mas numa dimensão viva e dinâmica.

Esta encontra estreita ligação à estratégia de restauro profundamente associada ao sentido programático e à recriação de ambientes coerentes com o edifício. Isto é, o espaço exterior transformou-se, dando resposta aos desafios colocados pelos edifícios históricos e os seus novos usos, bem como aos usos complementares que estão previstos e em implementação nos terrenos anexos da Quinta. O cuidado restauro do pátio cénico, de transição entre o público e o privado, e a criação do jardim com a profusão decorativa histórica compatível com as edificações convidam a estar, usufruir e entrar numa casa nobre centenária que, após a intervenção, oferece o conforto e as tecnologias do tempo contemporâneo, num ambiente cultural único, que assim pode agora ser devolvido ao uso e à estima pública.



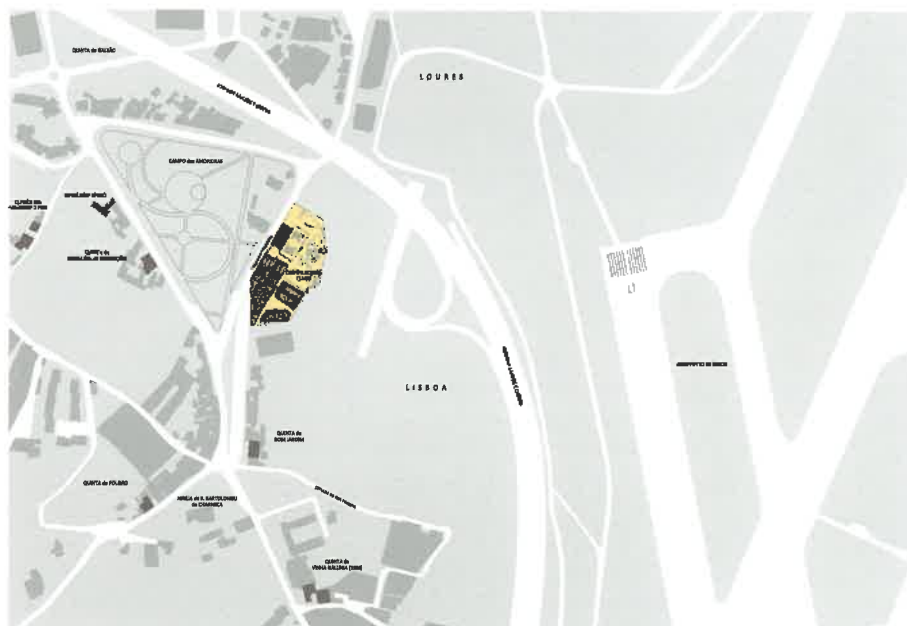
Quinta Alegre, 2018

PROJETO DE REABILITAÇÃO

Este novo equipamento da cidade de Lisboa será parte integrante de um inovador programa no âmbito das Unidades Residenciais Seniores, apresentando como alternativa o conceito de ponto de encontro entre gerações. Tendo iniciado a intervenção pela instalação de uma unidade social na casa e jardim (inaugurado em 2017), seguida da instalação da unidade assistida nos anexos agrícolas (a inaugurar em 2018), o faseamento da intervenção na Quinta Alegre delineado pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa procura estabelecer um lugar onde uma relação intergeracional entre os mais velhos e os jovens que residirão na terceira fase (a inaugurar em 2019) permita garantir uma interacção constante e um desenvolvimento intelectual e social dos seus utentes, evitando o isolamento e exclusão recorrentes na terceira idade.

O objectivo estabelecido para este conjunto transcende-se no estreito sentido técnico, principalmente pelo seu alcance social, pela explícita ambição da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em pretender protagonizar uma inovadora Unidade Residencial. Como complexo habitacional intergeracional, tem este renovado espaço a ambição maior de permitir a utilização de um equipamento de relevante benefício social, numa lógica de sustentabilidade na manutenção e reutilização do edificado histórico da Quinta Alegre e do seu jardim.

Nota: os autores não aderiram ao Novo Acordo Ortográfico (1990)



Quinta Alegre, 2019

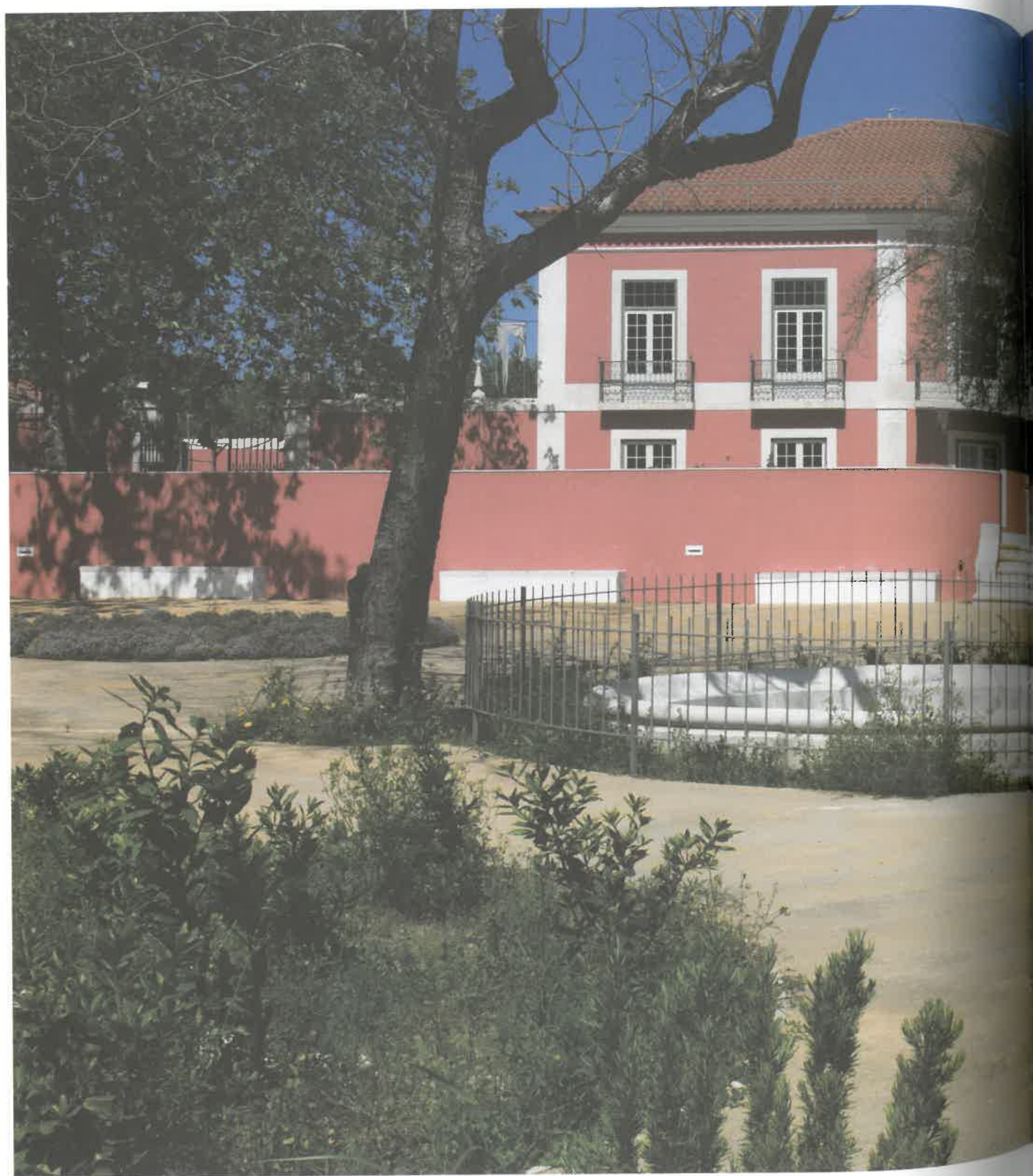
CAPÍTULO III



OBRA FINAL

PROJETO DE REABILITAÇÃO

























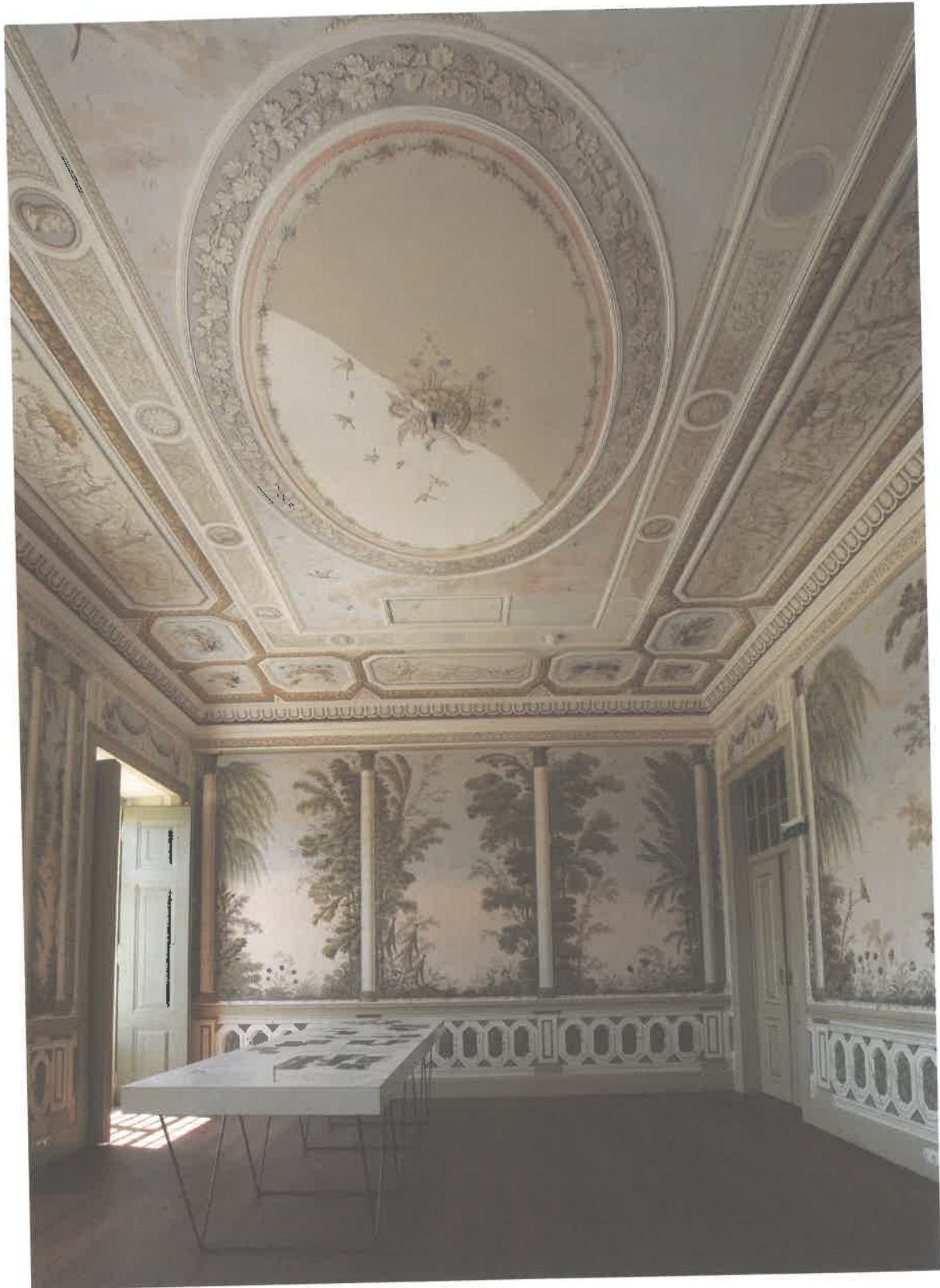
















PROJETO DE REABILITAÇÃO













Esta coleção que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa publica sobre o seu património com interesse histórico e artístico prossegue com este segundo volume dedicado à Quinta Alegre, em Camarate, erguida no período da corte. Interessante exemplar das antigas quintas de recreio dos arrabaldes de Lisboa, constitui um conjunto de inegável valor patrimonial, muito enriquecido com o notável conjunto de pinturas murais mais tarde executadas.

O objetivo que preside a esta coleção pretende a valorização da dimensão patrimonial através do diálogo permanente entre as autoras do estudo histórico e o arquiteto responsável pelo projeto de reabilitação, num cruzamento de olhares e experiências complementares que enriquecem quer a leitura sobre o passado, quer as hipóteses de soluções mais adequadas ao funcionamento futuro.

edições

SANTA
CASA



9 788898 712738

VOLUME 2